

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

VALÉRIA ASSUNÇÃO LIMA

PSICOLOGIA NO MARANHÃO: O QUE DIZER SOBRE A FORMAÇÃO NA UFMA?

São Luís
2022

VALÉRIA ASSUNÇÃO LIMA

PSICOLOGIA NO MARANHÃO: O QUE DIZER SOBRE A FORMAÇÃO NA UFMA?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito básico para obtenção de grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dr^a Cristianne Almeida Carvalho.

São Luís

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

ASSUNÇÃO LIMA, VALÉRIA.

PSICOLOGIA NO MARANHÃO: : O QUE DIZER SOBRE A FORMAÇÃO
NA UFMA / VALÉRIA ASSUNÇÃO LIMA. - 2022.

54 f.

Orientador(a): Cristianne Almeida Carvalho.

Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2022.

1. Diretrizes Curriculares. 2. Formação da Psicóloga.
3. Psicologia no Maranhão. I. Almeida Carvalho,
Cristianne. II. Título.

VALÉRIA ASSUNÇÃO LIMA

PSICOLOGIA NO MARANHÃO: O QUE DIZER SOBRE A FORMAÇÃO NA UFMA?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito básico para obtenção de grau de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em: 07/03/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Cristianne Almeida Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (1^o membro)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Catarina Malcher Teixeira (2^o membro)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Dayse Marinho Martins (Membro suplente)
Universidade Federal do Maranhão

À minha Osmila, vizinha pra sempre em meu coração!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é saber olhar para as bênçãos que recebemos ao longo da jornada e que tornam os percalços mais leves, por isso, sou grata porque em meio a tantos desafios, sair de cada um deles com a certeza que me fiz mais forte ao saber somar os aprendizados e todo o apoio que recebi de pessoas queridas e inspiradoras.

Sou grata a Deus por ter me permitido sonhar e realizar, por ter me permitido mudar e olhar para as intempéries da vida com a certeza de que passariam.

Sou grata a minha família por todo apoio incondicional, pelo amor e pelas palavras firmes em meus momentos de dúvidas e fraquezas, principalmente meus pais que nunca mediram esforços dentro de suas possibilidades para me dar o suporte necessário para seguir com fé na vida.

Agradeço a todos os professores que foram inspiração nas mais diversas áreas da Psicologia, que foram suporte e compreensão para o aprendizado e incentivo para olhar para essa profissão com muito respeito e dedicação. Cito em especial as professoras Cristianne Almeida Carvalho e Marcia Antônia Araújo como representantes do incrível corpo docente da UFMA que com suas palavras, ensinamentos e gestos muito me ensinaram ao longo dos anos.

Agradeço aos meus amigos e colegas de turma por todo o companheirismo e parceria, pelo partilhar de desafios, e até mesmo pelas difíceis reflexões que muitas vezes a jornada de formação nos trouxe.

Por fim, agradeço a Instituição por ter gerado um espaço de experiência educativa tão amplo, onde pude interagir nos mais diversos espaços e contextos para o enriquecimento de minha experiência formativa e de vida.

“Eu vejo que a importância da história para qualquer área, de uma maneira geral, está na desnaturalização das nossas crenças, dos nossos conhecimentos, das nossas certezas.”

Ana Maria Jacó-Vilela

RESUMO

O presente estudo “Psicologia no Maranhão: o que dizer sobre a formação na UFMA?” teve por objetivo central investigar a formação em Psicologia ofertada pelo curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) a partir do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), analisando as mudanças curriculares ocorridas com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). O percurso metodológico é de cunho bibliográfico e documental por tomar como base os diferentes projetos institucionais e estruturação curricular, as legislações e normas regulamentadoras da formação no Ensino Superior, assim como as DCN, documentos relevantes que auxiliaram a compreensão da constituição de um Projeto Político Pedagógico, bem como suas alterações para atender as demandas da formação em Psicologia. O objeto desse estudo foi o PPP aprovado em 2014 e implementado em 2015 na instituição pelo Departamento de Psicologia a partir das políticas curriculares nacionais e políticas internas da Instituição de Ensino Superior. O contexto de elaboração do PPP (2014) incluiu reflexões e discussões do corpo docente do Departamento de Psicologia e dos discentes ao longo de quase 20 anos, desde a idealização até a sua implantação. O PPP (2014) apresenta uma proposta para o processo de formação da psicóloga baseada nas DCN buscando atender demandas sociais contemporâneas e contemplando a ciência psicológica com suas várias bases teóricas, métodos e técnicas, além da diversidade de campos de atuação profissional. Dentre as principais mudanças destacam-se: A inserção de disciplinas contemplando novas áreas de atuação, a oferta dos Estágios Básicos, a inclusão de atividades acadêmicas complementares e ampliação de campos de pesquisa dentro da formação, entre outras, configuram novidades atrativas e proporcionalmente impactantes dentro do curso de Psicologia. O PPP (2014) já carece de mudanças considerando a dinamicidade tanto das demandas da sociedade como da Psicologia. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de um movimento permanente de discussão coletiva que congregue o maior número possível dos agentes envolvidos no processo de formação profissional, de forma a se manterem atentos à pluralidade dos fatores existentes que participam desse processo. Espera-se que esse estudo possa colaborar com novas reflexões críticas sobre as mudanças curriculares necessárias para a formação, em especial no curso da UFMA.

Palavras-chave: Psicologia no Maranhão. Formação da Psicóloga. Diretrizes Curriculares.

ABSTRACT

The research “Graduation in Psychology in Maranhão: What to say about curriculum changes?” had as its main purpose to investigate the Pedagogical Political Project (PPP) of the Psychology course at the Federal University of Maranhão, analyzing the curricular changes that happened from the National Curriculum Guidelines (NCG) to answer the diversity of areas of activity in Psychology as well as the social demands. The methodological path is bibliographic and documentary, based on the different institutional and curricular structuring projects, the legislation and regulatory standards by college education, as well as the DCN, aiming at understand the changes for a new Political Pedagogical Project that would supply the demands of academic education in Psychology. This study intended to provide elements for a critical analysis of academic education in Psychology in Maranhão, seeking to collaborate with possible changes. With the analysis performed, it was possible to identify that the PPP of the Psychology course at UFMA was based on the national curriculum policies and internal policies of the IES. The discourse brought by the PPP (2014) expresses the considerations and reflections made by the faculty of the Department of Psychology through discussions held over nearly 20 years from the idea of this project to its implementation. The PPP (2014) brings a conception of what belongs to the psychologist's training process and seeks to respond to a contemporary demand for the approximation of psychological science with various theoretical bases, methods and techniques without appropriating or restricting to a basic theory in what it says. respect your construction. Considering the dynamism of the society and science, it is clear the need for a permanent movement of collective discussion that brings together the largest possible number of agents involved in the process, so that they remain attentive to the plurality of factors that concern the process of graduation, an attitude that will greatly collaborate for qualitative changes to occur.

Keywords: Psychology in Maranhão. Psychologist Education. Curricular Guidelines.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Documentos norteadores para DCN de Psicologia

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão
APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
CAEMA – Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão
CFE – Conselho Federal de Educação
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN – Conselho Universitário da UFMA
CORREIOS – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
CRP – Conselho Regional de Psicologia
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
DEPSI – Departamento de Psicologia
FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
IES – Instituição de Ensino Superior
IPA – Instituto de Psicologia Aplicada
MEC – Ministério da Educação
NORSERGEL – Norte Serviços Gerais
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPP – Projeto Político Pedagógico
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/Minas – Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, Minas Gerais
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre
SESU – Secretaria de Educação Superior
UB – Universidade do Brasil
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: NO BRASIL E NO MARANHÃO.....	17
2.1 O primeiro curso de Psicologia do Maranhão: idealização e nascimento.....	22
3. BASES LEGAIS DA FORMAÇÃO: DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA.....	27
3.1 Fundamentos para a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais.....	27
3.2 Fundamentos para criação do Projeto Político Pedagógico do curso de Psicologia da UFMA.....	30
4 A BUSCA DA LEGITIMIDADE: PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFMA.....	32
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
5.1 Atividades Complementares.....	39
5.2 Estágios Básicos.....	40
5.3 Atividades de Extensão.....	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia se constituiu na Era Moderna como um campo de saber e uma profissão a partir do diálogo com diversos saberes e contextos, considerando condições humanas e sociais, demandas econômicas, políticas, de saúde, entre outras (YAMAMOTO e GOUVEIA, 2003). Assim, a Psicologia como profissão na atualidade se constitui de várias especialidades para acolher o indivíduo ou grupo nos mais diversos contextos, elencados em saúde, clínica, educacional, trabalho, jurídica, esporte, comunidade, entre outras. Mas esse percurso e essa amplitude de atuação continuam sendo atravessados por desafios que permeiam a formação e conseqüentemente a atuação profissional. Neste trabalho o foco está em refletir sobre a formação em Psicologia e as alterações ocorridas a partir de legislações nacionais, em especial na Universidade Federal do Maranhão, pioneira em ofertar o curso de nível superior no estado.

A formação em Psicologia atende as regulamentações nacionais e traz peculiaridades ligadas ao contexto social que visam o exercício da profissão, requerendo para tal uma estruturação do conhecimento, que considere as mudanças periódicas necessárias para acompanhar as demandas que emergem nesse cenário e adequando a atuação profissional para necessidades sociais mediadas também pelo tempo e pelas demandas regionais. Para tanto, considera-se importante recorrer ao estudo historiográfico da Psicologia pois possibilita compreender o percurso de rupturas e permanências que abriram caminho para a configuração contemporânea da formação e a atuação da psicóloga brasileira e maranhense (BROZEK, MASSIMI, 1998).

A Psicologia no Maranhão é um reflexo da Psicologia como Ciência e Profissão no Brasil. Por isso vale retomar um pouco dessa história. Em um contexto de mudanças sociais, políticas e econômicas nas quais o Brasil vivia na primeira metade do século XX, a regulamentação da profissão de Psicologia ocorreu com a Lei de número 4.119, de 27 de agosto de 1962 (BAPTISTA, 2010, p. 172). Reconhecida após longa jornada para validar a formação na área. Mas antes disso, já se sabia da atuação de profissionais de outras áreas de conhecimento como a Medicina, Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia entre outras, que exerciam o fazer psicológico, o qual mais tarde se traduziria nas práticas profissionais tradicionais da Psicologia como a escolar, a clínica e a hospitalar.

Como graduanda em Psicologia, o interesse pelo tema de pesquisa sobre História e Formação em Psicologia nasceu da experiência pessoal em presenciar a mudança de Projeto Político Pedagógico (PPP) sua estrutura curricular, aprovado em 2014 e implementado no primeiro semestre de 2015. Naquele momento, frequentava o segundo período do curso – na última turma vinculada ao PPP anterior – e via muitas alunas e alunos manifestarem dúvidas e receios quanto a permanência de dois PPPs, onde um parecia defasado e logo deixaria de existir e o outro, com muitas novidades em relação às disciplinas e estágios, eram motivos de preocupações diante das mudanças que viriam.

O contato com o Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Psicologia e Esporte (GEPHPE) vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGPSI/UFMA), dentro da linha de pesquisa de História, Epistemologia e Fenômenos Psicológicos também favoreceu o meu interesse em pesquisar sobre o tema. Foi um espaço onde pude conhecer os trabalhos já realizados e fazer parte da pesquisa que durou de 2016 a 2019 com o tema “O processo de formação em Psicologia do Maranhão: Impactos e consequências na atuação do psicólogo”, coordenado pelas Prof^a. Dr^a. Cristianne Carvalho e Prof^a. Dr^a. Márcia Araújo, docentes do Departamento de Psicologia. Essa experiência de pesquisa possibilitou minha participação do Programa de Iniciação Científica na modalidade de bolsista e desenvolver uma pesquisa por meio do Plano de Trabalho intitulado “Avaliação das mudanças curriculares do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão” executado na cota 2017-2018 para o PIBIC/UFMA.

Dessa forma, a opção por esse tema de pesquisa se consolidou pela experiência de vivenciar a implantação do novo Projeto Político Pedagógico (PPP) como discente e pela observação e escuta assistemática de relatos, tanto de docentes como discentes, sobre os desafios emergentes a partir da reorganização realizada no curso. A inserção de novas disciplinas contemplando novas áreas de atuação, a oferta dos Estágios Básicos observacionais iniciados desde o segundo período do curso, a inclusão de atividades acadêmicas complementares e ampliação de campos de pesquisa dentro da formação, entre outras, configuram novidades atrativas e proporcionalmente impactantes dentro do curso de Psicologia.

Como já citado, o novo e atual PPP foi implantado em 2015, mas em decorrência de sua data de homologação e aprovação nas instâncias superiores o ano de 2014, o nomearemos como PPP (2014). Tal projeto substituiu o anterior, denominado aqui como PPP (1996)¹, que deu origem ao primeiro curso de Psicologia do estado pela Universidade Federal do Maranhão.

Até 2015 o PPP (1996) se mantinha conforme o previsto no Currículo Mínimo – primeiro documento norteador da formação em Psicologia elabora em 1962 – apesar de já existirem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) aprovadas em 2004. O curso manteve uma formação consistente investindo na qualificação de seu quadro docente, mesmo com essa lacuna temporal e a ausência de reformulações curriculares oficiais, na pesquisa e em atividades acadêmicas que pudessem aproximar os graduandos do mercado de trabalho e das demandas da profissão; tais ações tiveram um resultado direto refletido no alto índice de alunos aprovados em concursos públicos, dentro das primeiras colocações. Mas as adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2004 e 2011 se faziam cada vez mais urgentes. Assim, a presente pesquisa tem como problema central compreender as seguintes questões: Como a estrutura do curso se manteve

¹ PPP (1996) foi criado em 05 de novembro de 1990, após duas décadas de tentativas, por meio da Resolução Nº 13/90-CONSUN (Conselho Universitário da UFMA). A primeira turma concluiu a graduação em 1997.

distante das novas regulamentações nacionais? Quais mudanças curriculares ocorreram no curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão com a implementação de um novo PPP baseado nas DCN? Como tais mudanças atendem às demandas sociais e da profissão?

Diante do exposto entende-se ser fundamental conhecer sobre a formação em Psicologia e seu processo de reformulação oferecida pela UFMA. Analisando as mudanças curriculares trazidas pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia na Universidade Federal do Maranhão (PPP, 2014). Entende-se que esse processo de reformulação faz parte de uma base histórica da formação em Psicologia no estado.

Na tentativa de responder tais questionamentos, o objetivo geral deste estudo consiste em investigar a formação em Psicologia ofertada pelo curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) a partir do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), analisando as mudanças curriculares ocorridas com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Dentre os objetivos específicos destacam-se: descrever as exigências e mudanças nas legislações nacionais, especialmente nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação em Psicologia no Brasil e adequação do referido PPP; estabelecer uma análise comparativa entre os dois Projetos Políticos Pedagógicos vigentes no curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (1996; 2014) até 2019, mapeando as alterações implementadas no que tange aos objetivos do curso, a estrutura curricular e perfil de egresso.

A metodologia dessa pesquisa documental analisou os dois PPPs e as DCN, investigando as alterações e adequações ocorridas, a partir do exame em materiais de referência, legislações, resoluções e outros documentos anteriores e vigentes ao projeto institucional, definidas de acordo com o Parecer CNE-CES nº 329/2004).

Todos os procedimentos metodológicos desenvolvidos na presente pesquisa foram norteados pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CNS/CONEP) e pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, documentos que representam importantes dispositivos para orientar e auxiliar a prática de pesquisa em diversos contextos de inserção, inclusive no que diz respeito a pesquisa dentro das áreas sociais e humanas.

A pesquisa conta também com a aceitação em Comitê de Ética pela vinculação a pesquisa "Demandas Psicossociais e contextualização dos cursos de Psicologia no Maranhão" com parecer de nº 1.189.444 e CAAE:45795214.5.0000.5087.

O percurso metodológico do estudo em questão é qualitativo, de caráter exploratório e descritivo, com o desenvolvimento de pesquisa teórica que visa "[...] proporcionar uma análise e ampliação dos saberes referentes ao tema proposto." (FONSECA, 2002, p. 32). Optou-se por uma pesquisa bibliográfica com o levantamento e análise de fontes documentais que regulamentam o ensino superior, a profissão e a formação da psicóloga, além dos documentos que embasaram a criação do curso de Psicologia na UFMA.

Ao optar pela pesquisa descritiva, entendemos que ela nos possibilita analisar, observar, registrar e correlacionar os aspectos estudados referentes a fenômenos, evitando qualquer natureza de manipulação, viabilizando ao leitor o acesso ao objeto observado por meio da descrição, a partir das condições fomentadas pelo mover coerente da investigação (CELLARD, 2008).

Foi realizada uma revisão de literatura com rastreamento bibliográfico e eletrônico em sites e outras fontes científicas como banco de teses e dissertações das universidades nacionais, objetivando encontrar estudos e referências teóricas sobre a temática em questão. A utilização da pesquisa documental se justifica pelo fato de que

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador [...], evidentemente é insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. (CELLARD, 2008, p. 295)

Assim, a coleta de dados por meio da análise documental possibilitou a observação do processo de desenvolvimento da estrutura do PPP (2014) e suas influências contextuais, legais e históricas para a formação em Psicologia. A técnica documental “[...] vale-se de documentos originais e [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas.” (CELLARD, 2008, p. 298).

A pesquisa realizada a partir de um levantamento bibliográfico está alinhada ao que afirma Boccato (2006, p. 266), ao expor que

[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Dessa forma, buscou-se compreender as demandas da formação em Psicologia e o contexto no qual o curso foi criado, somando também as questões que impulsionaram a concepção e implantação do PPP (2014).

Para melhor promover a observação dos conteúdos contemplados nesta pesquisa, sua estrutura foi dividida em: Introdução que traz os objetivos e fundamentos iniciais que impulsionaram a pesquisa, bem como sua contextualização, um capítulo teórico inicial intitulado “Formação em Psicologia: No Brasil e no Maranhão”, que apresenta o percurso histórico da Psicologia local do século XIX até a atualidade; o capítulo seguinte intitulado “Bases legais da formação: Documentos de referência para criação do curso de Psicologia” que apresenta dados para análise e fundamentação do PPP; o capítulo posterior, intitulado “A busca da legitimidade: Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Psicologia da UFMA” explana sobre os dois Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Psicologia da UFMA, dentro do contexto em que foram planejados; o capítulo seguinte, por sua vez, versa sobre os resultados e discussões, destacando as observações evidenciadas na mudança curricular do curso, seguido pelas considerações finais.

Identifica-se a relevância social e acadêmica desta pesquisa ao destacar sua contribuição com a apresentação de dados e reflexões sobre a formação em Psicologia no estado do Maranhão, por meio da constituição do conhecimento e da realidade como uma unidade, apresentada nos documentos analisados de forma linear e discursiva. Desse modo espera-se que essa pesquisa gere reflexões sobre a formação e consequentemente contribuições para a atuação profissional, tendo em vista que a forma que a Psicóloga da área irá entender e desenvolver sua prática profissional é profundamente influenciada por seu processo de formação. Por fim, esta pesquisa não tem a pretensão de dar respostas ou apresentar soluções ao tema em questão, mas busca apresentar dados consistentes para uma discussão crítica e coerente para o quadro docente e a própria instituição.

2 FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: NO BRASIL E NO MARANHÃO

Até meados do século XIX, no que se refere à saúde mental, o tratamento que comumente era dado às pessoas com necessidades especiais era o enclausuramento em prisões ou hospitais, sob a acusação de vagabundagem ou perturbação da ordem pública. Porém, essas medidas tinham efeito nulo quando o assunto era o tratamento de desordens mentais e popularização de hábitos socialmente tidos como saudáveis. Diante desse contexto, no início do século XX, o Brasil teve um impulso para iniciar um movimento preventivo em saúde mental (MANSANERA e SILVA, 2000).

Estes fatos se relacionam à constituição da Psicologia no Brasil, a qual foi influenciada social e politicamente pelos movimentos higienista² e eugênico³ que compunham um projeto nacional, impulsionado após a independência do Brasil. O objetivo era educar a população a desenvolver hábitos saudáveis e higiênicos, tanto na vida privada como coletiva, no sentido de tornar o povo brasileiro mais civilizado, considerando os costumes de seus colonizadores (MANSANERA e SILVA, 2000). Assim, a aproximação entre Educação, Saúde e Trabalho, dentro do discurso higienista foi uma abertura para que a Psicologia científica e a Psiquiatria adentrassem no Brasil por meio da proliferação das ideias higienistas e eugênicas, favorecendo, também outros campos de conhecimento. (CARVALHO, 2012).

A noção de tratamento ou prevenção eugênica e higienista focava em um indivíduo brasileiro mentalmente sadio. Para isso, os psiquiatras defendiam a necessidade de um estilo de vida equilibrado e moralmente aceito, negando vícios e promiscuidade, como era descrito na época. O caminho para essa profilaxia preventiva foi inserido sobretudo nas escolas: os alunos passavam por testagem psicológica para que pudesse ser criada uma “[...] escala de nível mental que auxiliaria na seleção dos alunos de diversas idades, servindo para a formação de classes homogêneas do ponto de vista intelectual.” (MANSANERA E SILVA. 2000, p. 125).

Carvalho (2012) descreve que também no âmbito da formação em Educação Física há registros de publicações entre as décadas de 1930 a 1970⁴ nos periódicos dessa área, escritos por militares, pedagogos e médicos, demonstrando as relações entre o movimento higienista, eugenia, além dos conceitos e constructos já conhecidos pelo saber psicológico até então como “[...] fenômenos relativos ao desenvolvimento humano,

² Era um movimento conduzido em sua maioria por um grupo de médicos que entendia que a desorganização social e o mau funcionamento da sociedade eram as causas das doenças, cabendo à Medicina refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todo perigo possível, perigo este que era relacionado a livre circulação de indivíduos com doenças mentais e aqueles com propensões a vícios ou desvios comportamentais (MANSANERA e SILVA, 2000).

³ Definido por Francis Galton (1822-1911), fisiologista inglês, como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. Em 1869 Galton publicou o livro "Hereditary Genius" onde defende a ideia de que a inteligência é predominantemente herdada e não fruto da ação ambiental e que os seres humanos, assim como os animais, poderiam ser melhorados através da seleção artificial; utilizou o estudo de 177 biografias, muitas delas de sua própria família para fundamentar suas conclusões (MANSANERA e SILVA, 2000)

⁴ Durante o governo de Vargas, foi desenvolvido um conceito de sociedade tradicional ideal e para que esta fosse estruturada, era necessário que os indivíduos nela inclusos seguissem preceitos de uma cidadania regulada, pois os fatos econômicos derivam de um sistema de relações pessoais, e para que estas tivessem êxito o homem precisava se enquadrar em um padrão.

ao caráter e personalidade, ao processo de aprendizagem, além dos processos psicológicos básicos como inteligência, motivação e cognição” (CARVALHO, 2012, p. 61).

No que se refere a inserção de conteúdos relacionados ao ensino da Psicologia, ressalta-se que este processo teve início a partir de outras áreas de conhecimento como a Medicina e Pedagogia. Soares (2010, p. 19) destaca que

Em 1890, a Reforma Benjamin Constant introduziu noções de Psicologia para a disciplina de Pedagogia, no currículo das Escolas Normais. Até 1910, a Psicologia era ensinada, juntamente com Lógica, nos seminários, nos colégios e nos chamados cursos “anexos” das Faculdades de Direito que previam essa matéria, em seus vestibulares. Mais tarde, fariam o mesmo as Faculdades de Medicina. O projeto de lei sobre o ensino obrigatório de Psicologia, nos cursos de Medicina, só apareceria em 1954 [...].

A Psicologia, aos poucos, foi conquistando um espaço significativo como área autônoma, deixando de ocupar apenas o lugar de saber como disciplina nas primeiras décadas do século XX. Na década de 50, profissionais começaram a se organizar para criar uma representatividade da profissão, tendo dois dos seus eventos mais marcantes: a publicação do anteprojeto da lei que tratava sobre a formação da psicóloga pelo Arquivo Brasileiro de Psicologia e a criação da *Associação Brasileira de Psicologia* no dia 10 de outubro com sede no Rio de Janeiro no ano de 1954.

Segundo Chaves (1992), a partir de então, o espaço de trabalho e o campo de atuação começou a ser delimitado. Após a regulamentação, a profissão expandiu-se para diversas áreas:

Os psicólogos foram chamados a organizar a gestão de pessoas, as seleções de profissionais, a realizar a avaliação de desempenho, etc. Cresceu de maneira significativa o polo organizacional, e, depois do consultório, esse passou a ser o maior setor de ocupação dos psicólogos no período (FURTADO, 2012, p. 79).

A Lei nº 4.119 promulgada em 27 de agosto de 1962 foi a primeira legislação específica sobre os cursos de formação e atuação em Psicologia e, por este motivo, configura o marco da regulamentação da profissão. A referida legislação começou a ser pensada a partir de discussões levantadas ainda na década de 50 e foi complementada com propostas e legislações subsequentes ao ano de 1962, até a década de 1970 (BAPTISTA, 2010).

Vale lembrar, como já dito, que desde a década de 1930 práticas psicológicas já vinham sendo exercidas por profissionais de outras áreas, sobretudo na área organizacional, então conhecida como industrial, onde objetivavam avaliar a capacidade de produção do homem e se possível melhorá-la. Também atuavam nas áreas de clínica infantil e escolar, vislumbrando algo definido na época como melhoramento do homem enquanto componente imprescindível para o desenvolvimento econômico, intelectual e social do país (BERNARDES, 2004).

A legitimação da Psicologia como Ciência e Profissão traduz o caminho demarcado por Antunes (2006) em seis períodos considerando a História das Ideias Psicológicas e da Psicologia no Brasil, são eles:

1. *Pré-institucional*, caracterizado pela produção de ideias psicológicas em obras escritas durante o período colonial; 2. *Institucional*, referente à produção de ideias psicológicas em instituições criadas ao longo do século

XIX; 3. *Autonomização*, relativo ao momento em que se processa a conquista e o reconhecimento da autonomia da Psicologia como ciência independente [...] entre a última década do século passado e as três primeiras décadas do século XX; 4. *Consolidação*, caracterizado pela efetivação e desenvolvimento do ensino, da produção de estudos e pesquisas e dos campos de aplicação, assim como o incremento da publicação de obras na área, criação dos primeiros periódicos especializados, promoção de congressos e encontros científicos e criação de associações profissionais; 5. *Profissionalização*, a partir da lei 4119/62, que reconhece a profissão de psicólogo e estabelece os cursos para sua formação e 6. *Ampliação dos campos de atuação do psicólogo e explicitação de seu compromisso social*.

Essa classificação demonstra que para falar da História da Psicologia não se pode resumir seu percurso à Era Moderna, pois é possível identificar ideias psicológicas em períodos anteriores. Além disso, essas fases ilustram passagens necessárias para a Psicologia se consolidar como profissão diante de um mercado de trabalho que se abria à sua necessidade e já era defendida por profissionais de outros campos que lutavam por sua profissionalização.

Mas para garantir uma profissão fazia-se necessário uma formação. O movimento em busca de fortalecimento do Ensino Superior no Brasil ganhou força em meados da década de 70, como afirma Antunes (2004, p. 145):

Assim, por ocasião da virada dos anos 70 para os anos 80, [...] a defesa da Psicologia como ciência e como profissão foi gradativamente ganhando contornos que superavam o corporativismo, buscando uma ampla participação da categoria na discussão dos problemas que a envolviam, mas que não poderiam ser limitados à mera defesa de interesses intrínsecos a ela. Sua compreensão implicava uma articulação com a realidade social como um todo e, fundamentalmente, com o estabelecimento de um compromisso radical com ela. Era necessário, antes de tudo, admitir a ampliação da categoria e trazê-la para uma participação efetiva em seus órgãos representativos, ou, em outras palavras, fazia-se necessário que esses órgãos passassem a representar a maioria dos psicólogos.

O movimento de uma formação em Psicologia inicia algumas décadas antes da referida regulamentação. O Instituto de Psicologia foi criado pela Lei n. 452, de 5 de julho de 1937, tornando-se parte integrante da então Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na ocasião o instituto era responsável por ofertar disciplinas de Psicologia para as demais áreas de conhecimento. Já na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), foi criado o Instituto de Psicologia Aplicada (IPA) em 1953, configurando o primeiro curso de formação de psicólogas no país, embora a Psicologia, como disciplina, já fosse ministrada na PUC-Rio desde 1941, no Curso de Filosofia, e de 1943, no Curso de Serviço Social.

Nota-se que o curso de formação de psicólogas da PUC/RJ teve início antes da regulamentação da profissão, ocorrida em 1962 e em seguida o primeiro curso de formação de psicólogas em uma instituição pública ocorreu em 1964, no Instituto de Psicologia da UFRJ (PENNA, 1992; CENTOFANTI, 1982). Nesse período outros cursos também surgiram pelo país. Em 1958 foi criado o primeiro curso de Psicologia na Universidade de São Paulo (USP), na capital e, em 1959, na Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, Minas Gerais (PUC/Minas). O curso de especialização para psicólogas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (PUCRS), também foi criado em 1959.

Segundo Mancebo (1999, p.69) concomitante a essa estruturação das instituições formadoras, as mudanças da realidade brasileira eram notórias, como o desenvolvimento econômico, a internacionalização do mercado, a introdução neoliberal, a ascensão da classe média e mesmo o golpe de 1964 evocaram novas aplicações da Psicologia, como afirma Mancebo (1999) ao descrever que a cultura psicológica trazia ao centro das discussões a autonomia e liberdade de escolha a partir de oportunidades comuns a todos.

A partir de então, foram tecidas discussões sobre a individualidade e especificidades internas e a Psicologia brasileira emerge nesse momento para contribuir com teorias, técnicas e modelos de intervenção para a manutenção da sociedade psicologizada, sendo essa sociedade também afetada pela transformação de demandas sociais, políticas e psicológicas, principalmente no que se refere às desigualdades sociais, tendo em vista que o indivíduo considerado autônomo e livre apresentava dificuldades de ajustamento e estabilização dentro daquilo que era sua expectativa social (BERNARDES, 2004).

Nesse cenário, até as décadas de 1970 e 1980, a Psicologia era vista como uma profissão elitizada e distante das camadas populares da sociedade, passando por uma transição nas décadas seguintes que reconfigurou sua atuação a uma profissão mais comprometida com as discussões sociais vigentes no país, trazendo à tona a multiplicidade de identidades e necessidades do povo brasileiro sobre as quais o profissional da Psicologia precisava voltar o seu olhar (CAMPOS e BERNARDES, 2005).

A partir da década de 1970, impulsionada pela regulamentação da profissão, houve uma proliferação dos cursos de Psicologia em instituições de ensino particular no país, o que resultou no crescimento do número de profissionais atuantes de 895 psicólogas em 1974 para 50.000 em 1984, de acordo com dados do Ministério da Educação, que também registrou que o número de graduados em Psicologia no ano de 1985 chegou a 102.862 (BASTOS e GOMIDE, 1989).

A Psicologia passou então a ocupar múltiplos espaços e fomentar novas inserções em campos já ocupados por outros saberes como na área organizacional e na área educacional, dando maior atenção a fatores como diversidade, cultura, regionalidade, de forma que podemos dizer que a Psicologia brasileira começou de fato a se estruturar focada na realidade local (CAMPOS e BERNARDES, 2005).

A entrada da psicóloga no campo da saúde pública na década de 1980 foi impulsionada pelas mudanças aplicadas nas políticas de saúde pública. Tais mudanças foram fortemente influenciadas pela Reforma Sanitária⁵ e Reforma Psiquiátrica⁶; as

⁵ Configurou-se como ação política concentrada em torno de um projeto civilizatório de sociedade inclusiva, solidária, tendo a saúde como direito universal de cidadania. Foi influenciada pelas reformulações na área da saúde ocorridas na Itália, e surgiu no Brasil no início da década de 70, teve como um dos principais impulsionadores o médico e sanitarista Sérgio Arouca, que reunido com outros profissionais de saúde começou a definir quais eram as necessidades prioritárias na área da saúde, e o próprio conceito de saúde. Em 1986, o movimento sanitarista ou movimento sanitário se consolidou e transformou-se em projeto, com a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde (PAIVA e TEIXEIRA, 2014).

⁶ Movimento sociopolítico ocorrido no âmbito da saúde pública consubstanciada em uma legislação para saúde mental iniciada em 1990, com a Declaração de Caracas, aprovada por aclamação pela Conferência Regional para a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica dentro dos Sistemas Locais de Saúde. Em 6

reivindicações do Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais, impulsionadas durante as referidas reformas, propuseram a criação do cargo de psicóloga na saúde pública, em um momento de crises no modelo vigente de saúde pública em que se propunha um novo modelo de assistência, que abriu a possibilidade de atuação no âmbito do atendimento psicoterápico coletivo (YAMAMOTO e OLIVEIRA, 2010).

Um aspecto importante deste período, diz respeito ao fato de que o Sistema Conselhos de Psicologia – organização formada por psicólogas técnicas eleitas que tem como responsabilidade acompanhar o exercício profissional de psicólogas, tendo em vista oferecer à sociedade a qualidade técnica e ética dos serviços prestados por estes – defendia a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial desde os seus primórdios, tornando-se um ator relevante nesse processo; baseando-se em referenciais científicos e em uma ética inclusiva, com o objetivo de respeitar e reconhecer pessoas com sofrimento mental como cidadãos e cidadãs que pudessem ter suas necessidades escutadas. Tal movimento era necessário, pois a defesa da extinção do modelo hospitalocêntrico, demandava a implantação de um novo modelo assistencial, com a organização de um serviço de atendimento em rede que atendesse graus de complexidade diferentes (ZAMBENEDETTI, 2008).

Com base em tais percepções, na década de 1990, a psicóloga brasileira começou a discutir com mais ênfase sobre sua identidade, temas como diversidade e inclusão passaram a ser debatidos mais amplamente, enriquecendo uma nova perspectiva para discussão nos campos organizacionais e escolares. Todavia, é importante destacar que nessa fase, conforme a psicóloga se tornava mais presente em diferentes instâncias sociais como a atenção primária em saúde, mais dificuldades enfrentava por não ter desenvolvido em sua formação as habilidades e conhecimentos necessários para lidar com os desafios desse campo de atuação. A exemplo do trabalho institucional e a atuação em equipes multiprofissionais, fato que denunciava como a formação em Psicologia ainda estava muito voltada para uma atuação em contexto clínico, individual (YAMAMOTO e GOUVEIA, 2003).

Tendo feito este percurso sobre a constituição da Psicologia brasileira, caminha-se agora para compreender o cenário do saber psicológico no Maranhão e inicia-se com a formação, a partir da idealização, desafios de implementação, limites e possibilidades.

de abril de 2001, o Governo Federal promulga a Lei n. 10.216 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, redirecionando o modelo da assistência psiquiátrica, regulamentando o cuidado especial com a clientela internada por longos anos e prevendo a possibilidade de punição para a internação voluntária arbitrária ou desnecessária (ALVES, 1993).

2.1 O primeiro curso de Psicologia do Maranhão: idealização e nascimento

No que diz respeito aos primeiros passos da Psicologia como Ciência e Profissão no Maranhão, cabe compreender como o ensino superior se estabeleceu no estado, tendo a UFMA como primeira instituição de ensino superior. Entre as décadas de 1960 e 1970, enquanto novas profissões eram requeridas e desenvolvidas no cenário maranhense, a UFMA tem seu marco de criação no ano de 1966. Em 1970, a Instituição viveu uma reestruturação desencadeada pela Reforma Universitária da década de 60, momento em que foram realizadas reformulações em sua organização a partir dos Decretos nº 67.047 e nº 67.048 quando aprovaram o novo projeto do Estatuto da Fundação da UFMA. Tal documento determinou que as unidades acadêmicas fossem compostas por Institutos e Faculdades que foram subdivididas em Departamentos. Assim o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas integrava os Departamentos de Filosofia, Psicologia, Sociologia, Geografia e História. O Departamento de Psicologia foi instituído no ano de 1970, antes mesmo do curso ser criado, como ocorreu em outras instituições do país (ARAÚJO, 2005).

A concretização da Reforma Universitária, com a promulgação da Lei nº 5.540/68, serviu de base para a criação de uma nova estrutura acadêmica que se dividia em Unidades compostas por Institutos e Faculdades, subdivididas em Departamentos, dentre eles, o Departamento de Psicologia (DEPSI). O referido departamento era formado por cinco docentes, licenciados em Filosofia e Pedagogia-com exercício em seus respectivos departamentos entre outros. Tais docentes viam a necessidade de ter uma formação específica na área de Psicologia e empenharam-se para construir um projeto de curso ainda nos anos 70. Sobre isso Araújo (2005, p. 131) coloca que

[...] a primeira tentativa de criação do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão surgiu em 1971, quando o professor João Pereira Martins Neto, que ocupava o cargo de Diretor do Centro de Estudos Gerais, a que o Departamento de Psicologia pertencia, solicitou a elaboração de um projeto que promovesse a habilitação de psicólogos. Para tanto, a Assembleia Departamental elegeu uma comissão composta pelas professoras Conceição de Maria Ferreira da Silva Jorge, Terezinha de Jesus Vieira da Silva Godinho e Terezinha Fernandes Franco Rabelo. A equipe começou a trabalhar e, antes de concluir o projeto, esbarrou em algumas exigências fundamentais para que um curso pudesse ser criado, entre as quais, a contratação de professores na área da Psicologia, o que implicaria na realização de concursos para admissão desses docentes. A UFMA, sob a administração do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, decidiu não criar o curso naquele momento.

Este fato demonstra que ainda não havia um quadro docente de psicólogas⁷ para atuar como professoras. Ainda assim, as professoras dos Departamentos de Educação e Filosofia persistiram na tentativa de elaborar o projeto do curso, que, em 1977, ficou pronto. Araújo (2005) afirma que nessa mesma época a Pró Reitoria de Ensino e Pesquisa solicitou um projeto de pesquisa com o título "Pesquisa junto à comunidade para a criação do curso de Psicologia", cujo objetivo era sondar as possibilidades do mercado de trabalho e a clientela interessada no curso.

O Departamento, em Assembleia, elegeu um grupo de professores para elaborar o projeto e implementar a pesquisa que contou com a participação de Terezinha de Jesus Vieira da Silva Godinho, Lília Maria Ferreira Lago e Maria do Socorro

⁷ Considerando que só haviam mulheres com a formação em Psicologia atuando como docentes do Ensino Superior

Nogueira Polary. Foram então selecionadas 5 (cinco) escolas de 2 grau da rede pública e particular de São Luís para a realização dos trabalhos. O levantamento consistiu na aplicação de questionários elaborados pela comissão, com a aprovação da Assembleia Departamental, haja vista ser de interesse de todos a criação do curso. ARAÚJO (2005, p. 132)

Os dados da referida pesquisa não foram sistematizados e apresentados, pois a instituição suspendeu algumas pesquisas em andamento. Ainda assim, os dados apontaram que havia um forte interesse dos alunos secundaristas para a criação do curso de Psicologia, assim como a percepção de um mercado quanto às possibilidades de atuação da profissional psicóloga.

Araújo (2005) afirma ainda que nas décadas de 70 e 80, de acordo com informações do Conselho Regional de Psicologia - 11ª Região⁸, havia registro de sete profissionais inscritos, sendo cinco na década de 1970 e dois na década de 1980. A autora ressalta que “[...] preocupações referentes à Psicologia ainda não faziam parte do cotidiano da maioria da população do Maranhão em vista de aqui existirem situações mais graves ligadas a outros problemas, como, por exemplo, o da educação.” (ARAÚJO, 2005, p.151). Tal observação dizia respeito às reivindicações referentes à garantia de um ensino de mais qualidade e mais acessível à população, o que requeria a destinação de mais verbas e políticas públicas específicas.

No entanto, a Psicologia já se fazia necessária no estado, no âmbito institucional, mas não dispunha de profissionais para os vários espaços como instituições de ensino, empresas, escolas e hospitais. Tal demanda foi se evidenciando e, aos poucos, os profissionais que aqui chegavam passaram a ocupar o embrionário mercado já existente nas áreas organizacional, clínica e no trânsito. Este cenário impulsionou também o surgimento do primeiro curso no Maranhão, que certamente compõe um capítulo significativo da História da Psicologia no Maranhão, como veremos no item a seguir.

Existem vários caminhos para contar essa história, além da formação em Psicologia, podemos falar sobre os pioneiros que surgem na década de 1970 como o Padre João Miguel Mohana⁹, o qual também contribuiu para a História da Psicologia e Psicanálise no estado pois suas ações já se aproximavam do fazer psicológico como tantos outros reconhecidos em todo o país. Ele considerava que:

[...] o saber psicológico privilegiava a busca de um maior desenvolvimento do ser, através de uma psicologia baseada em reflexões sobre a vida. Tratava de assuntos do cotidiano, da intimidade humana, especialmente da incerteza, da dúvida e de como os fatos exteriores ocasionavam verdadeiros cataclismas interiores. (ARAÚJO apud O IMPARCIAL, 2005, p. 148).

Como já citado, segundo Araújo (2005), até a década de 1960 não haviam profissionais de Psicologia atuantes no Maranhão. Os profissionais interessados na área precisavam se deslocar para outros estados em busca de formação. Vale lembrar que os

⁸ O Maranhão seguiu como seção do Conselho Regional de Psicologia do Ceará (CRP 11) juntamente com o Piauí e Tocantins até 2013, quando em setembro desse ano se desmembrou e ganhou autonomia para criar sua própria Regional, tornando-se o Conselho Regional de Psicologia 22ª Região (CRP22/MA).

⁹ João Miguel Mohana: (1925-1995), tornou-se médico pediatra formado pela Universidade Federal da Bahia aos 24 anos e aos 30 tornou-se padre; foi pioneiro atuando como psicólogo e psicanalista e ensinando História da Psicologia no Seminário Santo Antônio, em São Luís. (ARAÚJO, 2005)

primeiros cursos nos país surgiram na década anterior nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Então na década de 1970, o cenário maranhense começou a mudar, e foram surgindo novas oportunidades de emprego em instituições como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Logo no início da década de 80 o mercado no âmbito industrial e empresarial foi se abrindo para a presença de psicólogas como o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Norte Serviços Gerais (NORSERGEL), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS) e a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA). Era a então psicologia industrial se estabelecendo no estado.

Além da atuação no âmbito organizacional os profissionais da Psicologia no Maranhão também encontraram espaço com a avaliação psicológica para atuar no trânsito. O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) oferecia um campo de atuação, mesmo sem um vínculo empregatício, para a realização dos então chamados “exames psicotécnicos” que até o momento eram realizados por médicos.

Araújo (2005, p.77) demarca que a partir de 1970 foi exigida a aplicação de exames psicotécnicos pelo Conselho Nacional de Trânsito e em 1971, estes começaram a ser aplicados em São Luís com a vinda da primeira psicóloga credenciada que residiu na cidade. Além desses espaços, na UFMA, também já se evidenciava a necessidade de uma formação pelas demandas nas disciplinas de psicologia em outros cursos como já dito.

Como ocorria em todo o país, a ciência psicológica servia as demais áreas do conhecimento como disciplina nos cursos de graduação, mas o fazer psicológico se ampliava cada vez mais inserindo-se em outros contextos, consolidando-se como área de formação e atuação independente. Assim, nas décadas seguintes as demandas aumentaram apontando a necessidade do fazer psicológico em âmbito nacional, bem como na capital do Maranhão, reforçando a importância de criação do primeiro curso no estado para garantir a formação de profissionais.

O primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP) foi concebido por meio do trabalho de duas comissões formadas por professoras do Departamento de Psicologia, como descreve Araújo (2005, p. 179-180)

[...] uma em 1986 – Norma de Serviço DE. PSI. nº 003/86 –, para elaborar a proposta simplificada para a criação do curso, composta pelas professoras Conceição de Maria Ferreira da Silva Jorge, Maria do Socorro Nogueira Polary, Terezinha Fernandes Franco Rabelo e Terezinha de Jesus Vieira da Silva Godinho; outra em 1987 – Ordem de Serviço DE. PSI. nº 005/87 –, para preparar o projeto definitivo do curso de psicologia, composta pelas mesmas professoras e mais a professora Heloisa Moreira Lima Leite – posteriormente a primeira coordenadora do curso de psicologia.

Após algumas tentativas o curso foi criado em 1990 sob registro no Processo nº 000768/88-24, com as modalidades de bacharelado e licenciatura justificado pela necessidade de promover uma formação que possibilitasse a compreensão e resolução dos problemas sociais locais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1988; ARAÚJO, 2005).

Este projeto sofreu uma série de reformulações em sua estrutura curricular entre 1994 e 1996, com a inserção de novas disciplinas e formação de psicóloga, pois a proposta inicial aprovada só atendia ao bacharelado e licenciatura. Tais documentos foram reunidos aos originais do Projeto Político Pedagógico e validados pela Resolução Interna da UFMA de nº 02/1994 (ARAÚJO, 2005).

Mas em que consiste um Projeto Político Pedagógico (PPP)? Para a análise do processo de formação em Psicologia faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre este e outros documentos por configurarem os instrumentos norteadores e descritivos do perfil dos profissionais que o curso almeja formar.

Veiga (2010, p. 186) define o PPP como “[...] uma totalidade articulada decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do homem. É uma proposta de ação político-educacional e não um artefato técnico.” Veiga (2010, p. 13) complementa que o processo de reformulação pedagógica

[...] necessariamente nos encaminha à questão do projeto político pedagógico como aquele que enfatiza a organização curricular, confere-lhe organicidade e permite que suas ações adquiram relevância. O projeto político-pedagógico de um curso (qualquer que seja) terá que fazer opções, definir intencionalidades e perfis profissionais, decidir sobre os focos decisórios do currículo (objetivos, conteúdo, metodologia, recursos didáticos e avaliação), analisar as condições reais e objetivas de trabalho, otimizar recursos humanos, físicos e financeiros, estabelecer e administrar o tempo para o desenvolvimento das ações, enfim, coordenar os esforços em direção a objetivos e compromissos futuros. A ideia de projeto pedagógico emerge quando se acredita nas possibilidades de solução de um ou mais problemas detectados ao longo do processo educativo.

O PPP apresenta os princípios gerais de qualquer curso de formação, os aspectos gerais da estruturação curricular, objetivos, perfil do egresso, distribuição da carga horária e demais atividades obrigatórias. De acordo com Gadotti (1994), um PPP deve ser estruturado a partir da análise da realidade para possibilitar rupturas com práticas anteriores ineficazes, traçando um projeto educativo com vistas nas mudanças necessárias para melhoria da organização escolar, considerando a percepção dos aprendizes e de sua comunidade para possibilitar o melhor desenvolvimento e aprendizado de forma intencional, em um processo ativo e reflexivo que proporcione a todos os atores escolares o conhecimento e a avaliação dos serviços ofertados.

A decisão de utilizar o termo PPP - Projeto Político Pedagógico, ao invés de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) justifica-se pelo termo PPP ser utilizado na última versão do projeto da UFMA, e também pelo entendimento de que o PPP é um conceito mais amplo. É definido como um *Projeto* por reunir as propostas de ação concreta a serem executadas durante determinado período de tempo; é *Político* por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade; e por fim, é *Pedagógico* por possibilitar a definição e organização das atividades e projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (PADILHA, 2001)

A gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de um olhar crítico diante da realidade, em um fazer coletivo permanentemente em processo de evolução com

vistas na construção de uma nova sociedade, assim, o PPP fornece as bases para uma práxis atuante e transformadora.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia - aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também Técnicos administrativos em educação - TAE, alunos, famílias e comunidade em geral. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. (BORDIGNON e GRACINDO, 2004)

Na sequência será destacado um conjunto de documentos e legislações sobre o PPP e outros elementos que demarcaram as mudanças e a estruturação da formação em Psicologia na UFMA e no Maranhão.

3 BASES LEGAIS DA FORMAÇÃO: DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA

No que se refere aos aspectos legais da profissão, a Lei nº 4119 de 27 de agosto de 1962 que regulamentou a profissão, também impulsionou, na década de 1970, a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia (1971) e do Código de Ética (1975) colaborando para a consolidação da profissão (PEREIRA e PEREIRA NETO, 2003). Desde então, novas resoluções e normativas foram surgindo para orientar e fiscalizar a atuação profissional.

A formação seguiu seu rumo para se consolidar nacionalmente e dentre os documentos de referência consultados para criação do curso de Psicologia, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9394/96), determinou os princípios básicos para a educação em nível nacional, definindo que a educação superior fosse ministrada em espaços físicos adequados e destinados para tal; também deliberou que os profissionais destinados a ministrar aulas deveriam ter a formação suficiente para tal, trazendo importantes mudanças que foram impulsionadas em âmbito nacional.

Além disso, a referida Lei também determinou que o financiamento das instituições públicas se daria a partir do Poder Executivo. A legislação fixou, ainda, os critérios para ingresso no ensino superior e estabeleceu que sua estrutura, organização legal e funcionamento seriam avaliados periodicamente, sob pena de descredenciamento junto ao Ministério da Educação (BRASIL, 1996). Assim, com a previsão de uma reestruturação dos cursos de graduação, com a extinção dos currículos mínimos e a adoção de diretrizes curriculares específicas para cada curso

A nova LDB assegura às instituições de ensino superior autonomia didático-científica, bem como autonomia em fixar os currículos dos seus cursos e programas. Assim, as universidades não têm a obrigatoriedade em seguir a regulamentação do currículo mínimo determinada pela Portaria 1721/ 94. No momento atual, o currículo não é mais o único determinante, mas base para direcionar e orientar o ensino de graduação [...]. A atual LDB oferece às escolas as bases filosóficas, conceituais, políticas e metodológicas que devem orientar a elaboração dos projetos pedagógicos. A LDB trouxe novas responsabilidades para as Instituições de Ensino Superiores, docentes, discentes e sociedade, pois permitiu a formação de diferentes perfis profissionais a partir da vocação de cada curso, esperando melhor adaptação ao mercado de trabalho, já que as instituições de ensino terão a liberdade para definir parte considerável de seus currículos plenos. (Ito, 2006, p. 572)

Com base no exposto, as orientações e fundamentos para elaboração das Diretrizes Curriculares específicas de cada curso de graduação foram definidas em 1997 por meio do documento de Orientação para as Diretrizes Curriculares¹⁰.

3.1 Então surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)

De início, consideramos a Constituição Federal de 1988 como um documento base das DCN, ao estabelecer no artigo 5º que “XIII - é livre o exercício de qualquer

¹⁰ Parecer CNE/CES nº 776/97, atualizado no Parecer CNE/CES nº 583/2001

trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.”. Já o artigo 206º define os princípios pelos quais o ensino deverá ser ministrado:

II-liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber; III-pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. (CONSTITUIÇÃO, 1988)

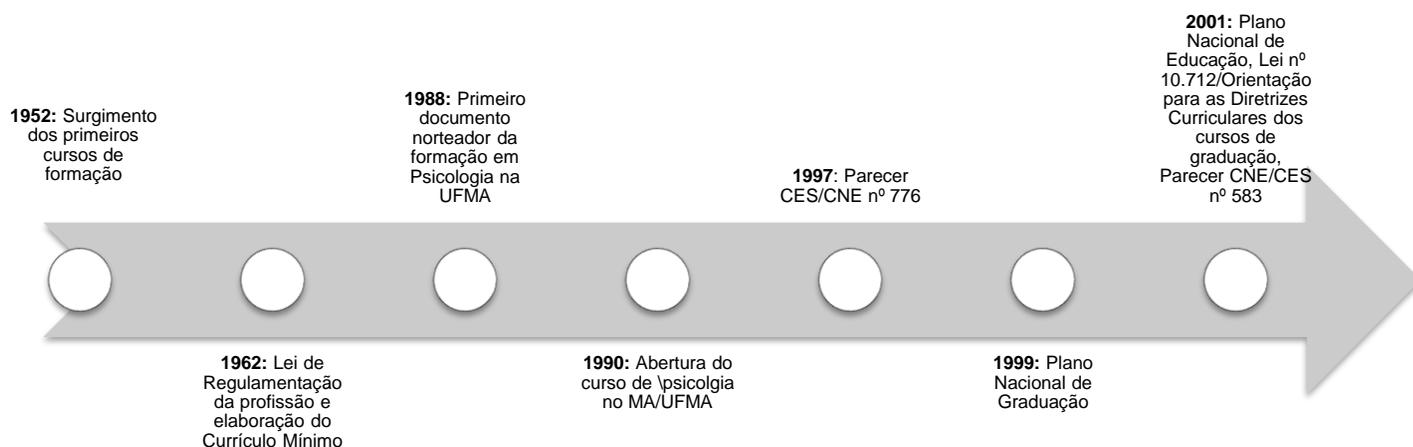
Em complementaridade a estes pontos, o Artigo 207 define que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (CONSTITUIÇÃO, 1988). Observa-se nas citações acima que as orientações das DCN se voltam para o aspecto do ensino, pesquisa e extensão, além da gestão e estruturação dos cursos de forma mais específica, diferente do que o Currículo Mínimo exigia. A mudança de regimento do Currículo Mínimo para as Diretrizes Curriculares Específicas foi uma orientação trazida pela LDB 9394/96 que definia que os cursos de Ensino Superior realizassem tal transição justificando-se pelo pressuposto de conferir flexibilização aos currículos e autonomia aos cursos. (YAMAMOTO, 2000)

Assim, considerando os preceitos legais para elaboração das DCN, em 1997 foi lançado o Edital de Nº 4/1997 SESU/MEC convocando as Instituições de Ensino Superior a apresentarem propostas para as novas DCN dos cursos superiores, que seriam elaboradas pelas Comissões de Especialistas da SESU - MEC. O referido edital estabelecia que as propostas deveriam contemplar: denominação das formações e habilitações para cada área de conhecimento; perfil desejado do formando; competências e habilidades desejadas; conteúdos curriculares: conteúdos básicos e profissionais; duração do curso; estruturação modular dos cursos; estágios e atividades complementares e a conexão com avaliação institucional. (SESU/MEC, 1997).

A partir de então, foi intensificado um processo de discussão para elaboração das DCN com IES, sociedades científicas, conselhos profissionais, associações profissionais, de classe, de ensino, setor produtivo, classes trabalhadoras, comunidade, entre outros, através de Fóruns, Seminários, Congressos, Conferências, Consultas e Audiências Públicas. (JANKEVICIUS; HUMEREZ, 2015).

As DCN específicas do curso de Psicologia foram elaboradas somente em 2001 (Parecer CNE/CES nº 1.314/2001), tendo sido aprovadas em 7 de novembro de 2001 com o título de Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia. Essa regulamentação substituiu o Currículo Mínimo e definiu as orientações gerais para a organização da formação em Psicologia, tendo por referência todas as legislações anteriormente citadas, bem como as Resoluções que, juntamente com as DCN são atos administrativos normativos subordinados à Lei e à Constituição Federal, com o objetivo de nortear o ordenamento jurídico (CARRAZZA, 2013).

Na linha do tempo a seguir, trazemos uma sequência ilustrativa de eventos e legislações que fazem parte do processo de formação em Psicologia no país até o surgimento das DCN.



Na tabela a seguir, são expostos os principais objetivos dos documentos que serviram de base para elaboração das DCN e que foram citados na linha do tempo anterior:

Tabela 1 - Documentos norteadores para DCN de Psicologia

	DOCUMENTO	OBJETIVO
1	Parecer CES/CNE nº 776/97 Orientação para as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação	Garantir os princípios básicos de funcionamento do Ensino Superior e a autonomia das IES.
2	Plano Nacional de Graduação: Um projeto em construção. /Fórum dos Pró-Reitores das Universidades Brasileiras (maio/1999)	Contribuir para a criação de políticas educacionais destinadas ao ensino superior nas universidades brasileiras no que concerne a construção, implementação, acompanhamento e avaliação das Diretrizes.
3	Lei nº 10.712 09/01/2001 Plano Nacional de Educação	Expandir o acesso ao Ensino Superior; Garantir a qualidade dos cursos.
4	Parecer CNE/CES nº 583/2001 Orientação para as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação	Referenciar definições quanto a duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos, assim como princípios de articulação entre teoria e prática e avaliações coerentes que incentivem a autonomia de discentes.

Fonte: Elaborado pela autora

3.2 Fundamentos para criação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da UFMA

Neste ponto, iremos distinguir a fundamentação legal que serviu de base para os três PPPs que orientaram a formação em Psicologia da UFMA. No que diz respeito a estruturação do primeiro PPP no ano de 1988, este foi regido, inicialmente, pelos dois seguintes documentos:

- Regulamentação da profissão com a Lei nº 4119 de 27 de agosto de 1962 que profissionalizou a Psicologia e caracterizava os cursos de Psicologia quanto à duração e conteúdo;
- Currículo mínimo: Resolução s/n/62-CFE de 19 de dezembro de 1962 e Parecer 403/62-CFE, documento que cria o Conselho Federal de Educação regulamenta o currículo básico para os cursos de graduação e a duração dos cursos de Psicologia, compreendendo a formação em três níveis, cada qual com uma duração e um foco específico: “[...] bacharelado (4 anos), centrado na formação do pesquisador; licenciatura (4 anos), voltado para a formação do professor de Psicologia e formação da psicóloga (5 anos), dirigido à formação profissional.” (LISBOA; BARBOSA, 2009, p. 722). E também define os estágios obrigatórios supervisionados como um período de treinamento prático com 500 horas de duração.

Posteriormente, em ajuste ao documento original os seguintes documentos foram acrescentados como referência, de forma que a junção destes originou o PPP (1996):

- A Resolução 02/94 - CONSUN, que aprovou a criação da Formação de Psicóloga e Reforma Curricular do curso de Psicologia - Bacharelado e Licenciatura plena, considerando as adesões de disciplinas e carga horária necessária para complementar a formação. Importante documento para o avanço da formação em Psicologia na UFMA
- Lei de Diretrizes e Bases 5692/71 de 11 de agosto de 1971 que mantinha as diretrizes gerais e alterações dos dispositivos referentes ao ensino superior da Lei de Diretrizes e Bases Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual atribuía ao Parecer do Currículo Mínimo, a responsabilidade de organização de conteúdo e duração do curso.

Por meio desta legislação, competia à União o reconhecimento e inspeção dos estabelecimentos particulares de ensino superior e já nomeava os conselhos estaduais de educação para autorização e fiscalização dos estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior (BRASIL, 1971).

A partir da análise dos documentos citados, em resumo, podemos observar que as legislações basilares para o PPP (1996) foram o Currículo Mínimo do curso de Graduação em Psicologia e a LDB 9.394/96; já o PPP (2014) teve por base diversas resoluções normativas e as Diretrizes Curriculares Nacionais gerais e específicas para a formação em Psicologia.

O Parecer CNE/CES nº 67/2003, revogou o ato homologatório do Parecer CNE/CES 146/2002 e aprovou o Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. Trouxe em seu bojo importantes discussões sobre a

configuração da carga horária mínima dos cursos de graduação, considerando a autonomia necessária das instituições, a legalidade dos diplomas profissionais, a fixação de duração mínima, média e máxima sem prejuízo para formação e a uniformidade mínima profissionalizante, considerando a diferenciação possível em disciplinas complementares e optativas para fomentar cada identidade profissional.

O Parecer CNE/CES 329/2004¹¹, homologado pelo Ministério da Educação em 2007 pelo Parecer n. 8/2007 determina que a carga horária mínima prevista¹² para os cursos de graduação em Psicologia é de 4000 horas, em consonância, o “[...] currículo Pleno do Curso de Psicologia da UFMA – Formação de Psicóloga – tem a duração de 4.020 h/a e 212 créditos distribuídos pelo conjunto de disciplinas e atividades sequenciais compondo a grade curricular do curso.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014, p. 22). Desta forma, o curso de Psicologia na UFMA tem sua carga horária organizada dentro de 4.085 horas totais, distribuídas em 2250 horas de disciplinas obrigatórias, 840 horas de disciplinas optativas, 675 horas de estágios, 120 horas de monografia e 200 horas de atividades complementares.

Observar questões referentes a carga horária do curso não diz respeito apenas a extensão do período de aulas, mas possibilita observar quais conteúdos passaram a receber mais atenção e dedicação de tempo de estudo por meio dessa ampliação de carga horária, assim como conteúdos novos que passaram a ser incluídos. A exemplo disto, as disciplinas optativas trazem muitas temáticas antes não exploradas na formação acadêmica de forma estruturada dentro de disciplinas como Tanatologia, Psicologia da Gravidez, Psicologia do Envelhecimento.

Em continuidade, no capítulo a seguir iremos discutir e detalhar de fato as mudanças estruturais mais importantes que foram identificadas por meio desta pesquisa no PPP (2014).

¹¹ O CFP mediu reuniões em todo o Brasil com a categoria e representantes das IES (professores, coordenadores e alunos) via CRPs para apresentar mudanças discutidas durante o ano de 2019 a tramitação da atualização das DCN para os cursos de Graduação em Psicologia com a Comissão da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). O processo de revisão das DCN foi iniciado em 2018 pelo CFP, em parceria com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (Abep). O CNE encaminhou ao MEC o Parecer 1071/2019, que aprova a Revisão das DCN. O texto contém avanços e é resultado de muita luta das entidades da Psicologia, do CFP e dos CRPs, e de toda categoria, que conseguiu incluir as principais defesas sobre: princípios, formação presencial, carga horária, tempo de integralização, estágios, competências e outros itens.

¹² Não há uma definição da carga horária máxima do curso, porém de acordo com a organização dos conteúdos propostos, os cursos em todas as instituições costumam durar em torno de 5 anos, com 4200 horas de duração em média

4 A BUSCA DA LEGITIMIDADE: PERCALÇOS NA CRIAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFMA

Entende-se então que o PPP é um documento que regulamenta e norteia os objetivos que o curso se propõe e, também, enuncia o planejamento para uma construção contínua desse curso. Profissionais, professores, alunos e técnicos em geral bem como a gestão institucional devem estar envolvidos em uma dinâmica de trabalho que vise a qualidade necessária aos cursos de graduação, e para tanto, devem assegurar sua participação e engajamento na definição, implantação e implementação da proposta pedagógica; “Aderir à prática coletiva não implica na perda de alternativas pessoais, mas a oportunidade para se engajar em um processo de construção do perfil do profissional desejado” (SILVA, 2004, p.43).

Ao propor uma construção coletiva o PPP garante a escuta da realidade a partir de diversas perspectivas que são alcançadas por essa proposta de formação para uma prática social que garanta uma ação consciente na perspectiva de formar futuros profissionais. Como está posto na LDB, a participação dos profissionais e comunidade acadêmica na elaboração do PPP é um dos princípios que possibilita a construção coletiva da gestão democrática, em que os elementos constituintes são: participação; transparência; autonomia e pluralismo.

Diante disso, o papel da gestão democrática é defender a autonomia, descentralizar o poder com a inclusão ativa de todos que participam da instituição, lidar com os conflitos de ideias para o processo democrático e colocar o espaço acadêmico como lugar público e aberto para todos. Assim, a construção coletiva do PPP fomenta e mobiliza a comunidade acadêmica a aprender, a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente (VEIGA, 2003).

O primeiro PPP do curso de Psicologia tem seu lugar na história da Psicologia do Maranhão, mas seu percurso foi longo e recheado de percalços. O projeto foi iniciado na década de 1970 e concluído em 1988, mas o curso só foi criado em 05 de novembro de 1990, por meio da Resolução Nº 13/90 do Conselho Universitário da UFMA (CONSUN). As atividades iniciaram no segundo semestre de 1991 após o primeiro concurso vestibular¹³ ser realizado no começo do mesmo ano. O documento nomeado como Plano do Curso foi aprovado em 15 de setembro de 1992 pela Resolução Nº 08/92-CONSUN e oferecia as habilitações em Licenciatura Plena e Bacharelado.

Mas os percalços não findaram neste ponto: as habilitações propostas não contemplavam a Formação de Psicóloga e conseqüentemente a prática clínica, o que gerou reivindicações dos alunos da primeira turma. Analisando o PPP (1996) é possível

¹³ Processo seletivo realizado para ingresso no ensino superior em duas etapas: uma prova objetiva comum para todos os cursos, abrangendo conhecimentos básicos das áreas de ciências tecnológicas, humanas e da saúde e a segunda etapa, composta por uma redação e uma prova específica com dez questões objetivas e analítico-discursivas. Em 2009 foi realizado o último concurso vestibular da UFMA que, desde 2010, aderiu totalmente ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como método de ingresso na IES. (CAETANO, 2018)

identificar que este se trata de um conjunto de documentos datados de 1993 a 1996 que foi agrupado junto ao Processo Nº 9456/93, que sugeria a criação da “Formação de Psicólogo” e uma Reforma Curricular do curso de Psicologia, dentre outras providências.

Vale ressaltar que a área clínica na Psicologia ainda é uma das áreas mais populares. Poucos são os cursos que oferecem apenas o Bacharelado uma vez que nas regulamentações atuais a formação da psicóloga é generalista incluindo todas as especialidades e áreas de atuação da Psicologia, não apenas a área clínica. Dessa forma, em 1994, foi aprovada a inclusão da habilitação de Formação de Psicóloga/o, além da Licenciatura Plena e do Bacharelado. A licenciatura seria uma opção do aluno interessado que exigiria um ano a mais com as disciplinas e estágios voltados para a formação docente em Psicologia. Esta alteração foi homologada com a Resolução nº 02/94-CONSUN e incluída no PPP (1996), concedendo assim o acesso a todos os alunos desta nova modalidade por meio de uma adaptação no documento. O PPP (1996) seguiu vigente até 2015, tendo por base o Currículo Mínimo e a Lei nº 4119/62 contemplando as resoluções comentadas anteriormente.

Em 2004 surgem as DCN com novas orientações que convocavam mudanças significativas na estrutura curricular dos cursos de Psicologia, em substituição ao Currículo Mínimo. Enquanto o Currículo Mínimo exigia um conjunto de disciplinas ao longo do curso e atividades práticas de estágios apenas no final do curso, as DCN trouxeram uma flexibilização à estrutura curricular ao possibilitar que as IES elaborassem seus currículos em consonância com suas demandas locais e com abertura para possíveis inovações, considerando a realidade de seu corpo docente e oferecendo um padrão nacional para a formação ao definir as competências e habilidades esperadas do profissional. Outro aspecto que comparece nas DCN de 2004 foi a retirada da licenciatura como habilitação obrigatória. Todavia, em 2011, o CNE aprovou nova Resolução Complementar Nº. 05/2011, retomando a obrigatoriedade da licenciatura agregada à formação de psicóloga. Essa alteração incluiria 800 (oitocentas) horas a mais na formação e seria uma obrigatoriedade das IES em ofertar caso houvesse interesse de algum discente.

Com as novas DCN de 2019 a Licenciatura deixa de ser obrigatória às IES. Certamente esse seria um capítulo importante para reflexões mais amplas, considerando os vieses políticos e as consequências para a atuação profissional dessas alterações. No entanto, não será foco nesse trabalho, mas vale ressaltar que essa resolução complementar, impulsionou o Departamento de Psicologia da UFMA a retomar a reforma curricular do curso, que estava tramitando internamente a quase uma década. Em 2015¹⁴ um novo PPP foi implementado, atendendo enfim as Diretrizes Curriculares Nacionais

¹⁴Projeto Político Pedagógico aprovado no Colegiado Superior (CONSEPE) em 24 de outubro de 2013 e em conformidade com a Resolução 1.175/2014, atendendo às Diretrizes Curriculares (2004) para os Cursos de Psicologia previstas na Resolução Nº 8, de 7 de maio de 2004. No entanto, a proposta que atende às exigências da Resolução Nº 5, de 15 de março de 2011 que regulamentam o Projeto Pedagógico complementar para licenciatura ainda carecem de aprovação.

(DCN) de 2004. Até 2018 o Departamento de Psicologia da UFMA manteve dois currículos concomitantes, quando a última turma do PPP (1996), baseado no Currículo Mínimo finalizou sua formação.

Para entender melhor as mudanças na formação em Psicologia no curso da UFMA, apresentamos algumas distinções entre o Currículo Mínimo e as DCN (2004), onde o documento elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia sobre o tema explica que

Ao invés de indicar disciplinas e conteúdos específicos, como fazia o Currículo Mínimo, a nova regulação, tomando como base o perfil da(o) profissional que se pretende formar, estabelece princípios e fundamentos, conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidos, articulados em torno de eixos estruturantes. Reconhece o fenômeno psicológico como multideterminado e histórica e culturalmente contextualizado, a diversidade de orientações teórico-metodológicas da Psicologia e a diversidade de práticas, de processos de trabalho e de contextos de inserção profissional. (CFP, 2018, p. 17)

Além disso, as DCN ampliaram o núcleo base comum, para as Ênfases Curriculares, que possibilitam ao estudante optar por um conjunto ou outro de competências e habilidades organizadas, além de estágios distribuídos contemplando as diversas áreas de atuação da Psicologia, configurando uma formação generalista.

O processo de reelaboração do PPP foi complexo, mas seguiu firme atendendo as DCN. Inicialmente todos os professores do DEPSI participavam das discussões para a nova proposta curricular, inclusive professores de outros Departamento que atuavam no curso, em seguida, conforme exigências das referidas diretrizes foi criado o Núcleo Docente Estruturante (NDE), com base na Portaria Nº. 008/11-CCH—como órgão responsável pela elaboração, coordenação, implantação e gestão pedagógica do PPP (2014). Composto por professores¹⁵ com titulação acadêmica de doutorado, na área da Psicologia e atuavam em regime de Dedicção Exclusiva à UFMA, de acordo com os requisitos exigidos pela referida Portaria.

O PPP (2014) apresentou-se com uma atualização frente às tendências atuais da Psicologia brasileira como Ciência e Profissão, bem como os aspectos específicos da região na qual se insere, como dados demográficos, econômicos, culturais e educacionais do Maranhão e de São Luís, pois como afirma o texto

Perante o quadro de grandes desafios e perspectivas para o Estado do Maranhão, existe o anseio de se investir na educação face ao intenso processo de desenvolvimento que se delinea cada vez mais definido. Portanto, considerando que o curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão é o único curso pertencente à Universidade Pública no Estado e que atende não só a capital São Luís, mas todo o estado do Maranhão é necessário a melhora de sua estrutura para que possa atender com qualidade à sua demanda. É nessa direção que o presente projeto visa contribuir com a qualificação profissional do maranhense, em especial da população jovem que, conforme exposto têm aumentado significativamente. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014, p. 27).

¹⁵ Professor Dr. Ricardo Franklin Ferreira e as professoras Dra. Claudia Aline Soares Monteiro, Dra. Denise Bessa Leda, Dra. Isalena Santos Carvalho, Dra. Jena Hanay Araújo de Oliveira, Dra. Maria de Nazaré Pereira Costa, Ms. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo e Dra. Valéria Maia Lameira.

A nova proposta curricular defende que na sociedade atual é necessário desenvolver novas habilidades e concepções em relação à educação para lidar com o desconhecido, com a velocidade com que essa sociedade se transforma, e define como competência imprescindível a psicóloga

[...] planejar, decidir e trabalhar em grupo, a partir tanto das informações acumuladas quanto da busca de novas informações. Para isso, não basta que o aluno tenha simplesmente acesso a informações. Ele deve saber analisá-las, decodificá-las, estabelecer relações com os fatos da realidade concreta. É nesse contexto que o professor torna-se indispensável como um mediador e facilitador do processo em que o aluno é agente na construção de seu próprio conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014, p. 34).

Estes conteúdos teóricos e práticos são distribuídos em torno de seis Eixos Estruturantes – “[...] que deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.” (DCN, 2011, p. 7) – que são:

- Fundamentos Históricos e Epistemológicos (FHE);
- Fundamentos Teórico-Metodológicos (FTM);
- Procedimentos para a Investigação Científica e a Prática Profissional (PICPP);
- Fenômenos e Processos Psicológicos (FPP);
- Interfaces com Campos Cínicos do Conhecimento (ICAC);
- Práticas Profissionais (PP).

Conforme previsto nas DCN, os conteúdos curriculares são organizados dentro das Ênfases Curriculares, que são “[...] subconjuntos de competências e habilidades articuladas ao redor de seus eixos estruturantes, definindo domínios da Psicologia que concentrarão atividades, estudos e estágios”. (DCN, 2011, p.4).

A Resolução Nº. 5 de 15 de março de 2011 estabelece que a organização do curso precisa definir, explicitar e detalhar as ênfases curriculares que serão adotadas e descrever sua concepção e estrutura que deverão envolver um

[...] subconjunto de competências e habilidades dentre aquelas que integram o domínio das competências gerais do psicólogo, compatível com demandas sociais atuais e/ou potenciais, e com a vocação e as condições da instituição. [...] A instituição deverá oferecer, pelo menos, duas ênfases curriculares que assegurem a possibilidade de escolha por parte do aluno. O projeto de curso deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher uma ou mais dentre as ênfases propostas. (BRASIL, 2011, p. 4)

Assim, atualmente o Departamento de Psicologia oferece duas ênfases para que os alunos escolham entre elas: “Processos clínicos e saúde” e “Processos psicossociais”. Para cursar uma segunda Ênfase faz-se necessário concluir a primeira, pois há a possibilidade de choque nos horários das diferentes disciplinas ministradas pelas diferentes Ênfases, inclusive, é requerido que o aluno assine um documento no qual declare sua escolha.

Também são definidos pela referida Resolução (2011), a forma de funcionamento para os estágios supervisionados básicos, – atividades inexistentes no PPP (1996) – estes deverão ser distribuídos ao longo do curso e incluir “[...] o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum.”

(BRASIL, 2011, p. 7). Tais estágios se diferenciam do estágio supervisionado específico que já compunham a formação em nível superior desde o PPP (1996), e a soma dos estágios realizados nas duas modalidades devem corresponder a pelo menos 15% da carga horária total do curso.

No curso de Psicologia da UFMA, as disciplinas de estágio básico estão distribuídas do segundo ao sétimo período, tendo 45 horas e são: Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social, Psicologia Escolar, Psicologia do Trabalho, Psicologia da Saúde e Psicologia Clínica. Ao concluir essas atividades, no oitavo período, o aluno poderá seguir para o estágio obrigatório, de acordo com seu interesse pessoal e com a Ênfase Curricular escolhida, conforme disponibilidade de oferta pelo Departamento, considerando professores e profissionais disponíveis para supervisão acadêmica e técnica, respectivamente.¹⁶

Ao analisar os documentos regulatórios, dentre eles: A Resolução N° 1892, de 28 de junho de 2019, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da UFMA e o Parecer CNE/CES nº 1071/2019 com a Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar para a Formação de Professores de Psicologia, é possível perceber que foram elaborados e homologados a partir de muitas discussões e negociações resultantes de tensões e estratégias compartilhadas pelo corpo docente colocando a formação como prioridade. Os documentos que compõem a construção desse novo PPP valem uma análise detalhada, no entanto, não tomaremos como fontes da presente pesquisa.

Outro ponto de destaque diz respeito ao horário de funcionamento, que no PPP (1996) era delimitado dentro dos turnos vespertino e noturno e no PPP (2014) o curso passou a ter seu horário de funcionamento em horário integral, para melhor contemplar a execução das disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágios básicos e obrigatórios e atividades complementares. O que por um lado possibilita aos alunos mais flexibilidade de horários para execução das atividades, por outro, limita o aproveitamento do aluno-trabalhador, por exigir que este disponha de disponibilidade integral para as vivências acadêmicas, o que não é possível devido seus horários de trabalho.

As DCN sugerem que as Ênfases Curriculares sejam construídas ao longo do curso, de forma que o aluno disponha dos conhecimentos necessários para fazer suas escolhas dentro do curso. Assim, as disciplinas optativas referentes ao Núcleo Comum, ou seja, generalista, começam a ser ofertadas no quinto semestre e “[...] e, a partir do 6º semestre, vão se desenvolvendo as ênfases, sendo os últimos três semestres com grades curriculares com somente disciplinas optativas específicas.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014, p.76)

¹⁶ A Estrutura Curricular do curso de Psicologia da UFMA atual pode ser consultada no portal eletrônico da IES por meio do link: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/MGemD6J4YatwNtg.pdf>

No que se refere aos Estágios Curriculares, ainda no PPP (1996) estes eram distribuídos em duas etapas: Estágios Obrigatório I e Estágio Obrigatório II, cada um com carga horária de 360 horas a serem cumpridas no nono e décimo períodos, em áreas de interesse do discente. Já no PPP (2014) os Estágios Curriculares passaram a ser designados como Estágios Supervisionados Obrigatórios divididos em Básicos – como descritos logo anteriormente – e Específicos, que passaram a ter duração de 135 horas, a serem executados em três etapas, no oitavo, nono e décimo períodos respectivamente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As idealizações e execuções no Currículo Mínimo até a década de 1990 foram insuficientes para reorganizar as demandas educacionais frente às reais necessidades emergentes. A partir daí houve uma verdadeira mobilização pelas principais entidades ligadas à Psicologia e representantes de cursos visando uma reforma educacional estrutural, promovendo debates focados na construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia. Temos então a transição do Currículo Mínimo, que vigorou de 1961 até 2004 com a implementação das DCN.

O PPP (1996) declara-se não ser apenas um documento que reúne as determinações legais e elenca as disciplinas do curso. Afirma ainda que pretende refletir sobre as discussões levantadas pelo CFP ao longo de mais de 30 anos – até então – de regulamentação da profissão para “[...] reconhecer o impacto do currículo na profissionalização do psicólogo.” (PPP, 1996, p. 2). Tal documento declarava ainda como princípio norteador a proporcionar uma “Formação teórica baseada numa fundamentação epistemológica consistente, visando o favorecimento de posturas críticas e investigadoras, distanciadas de dogmatismos.” (PPP, 1996, p. 3).

Neste ponto, um importante avanço trazido pelo PPP (2014) baseado nas DCN é o desenvolvimento de uma visão mais ampla e complexa dos princípios norteadores para o curso de Psicologia, nomeados como “Princípios direcionadores do Projeto Político Pedagógico do curso de Psicologia da UFMA” e elencados dentro de dez itens que serão discutidos a seguir:

A Indissociabilidade e interdependência entre ensino, pesquisa e extensão ao se entender que o desenvolvimento destes três aspectos possibilita ao aluno uma aproximação e atuação com a realidade regional.

A prática profissional é considerada como eixo norteador do PPP, de forma que este projeto é orientado pelas necessidades dos alunos, as condições institucionais e sociais, então a prática profissional tem o papel de identificar, questionar, teorizar e investigar os problemas emergentes no cotidiano da formação, a própria inclusão dos estágios básicos, que descrevemos mais a frente, é um exemplo disto.

Com o objetivo de dialogar com as novas informações trazidas por outras áreas do saber, o PPP (2014) busca novos caminhos com a **Interdisciplinaridade** para alcançar a superação de questões do cotidiano, com ênfase no trabalho coletivo, respeitando as diferenças e garantindo a inclusão. Como exemplo, o referido projeto destaca a inclusão de conteúdos referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e Direitos Humanos.

Ainda dentro dos princípios norteadores, está **o aluno como agente ativo na construção do conhecimento e o docente como mediador do processo de ensino/aprendizagem**, pois “[...] não basta que o aluno tenha simplesmente acesso a

informações. Ele deve saber analisá-las, decodificá-las, estabelecer relações com os fatos da realidade concreta.” PPP (2014, p. 34)

A aproximação da universidade com as comunidades regionais é descrita dentro do princípio que fala sobre a importância da **Integração com as questões sociais locais concretas** de forma que essa relação possa favorecer a formação de profissionais comprometidos com a melhoria das condições humanas. Assim, a prática acadêmica não mais vê esse público como mero laboratório, mas como espaço para transformações.

O próximo princípio norteador abrange a **Integração entre os diferentes níveis de ensino e pesquisa**, o que viabiliza a produção de conhecimento, com o diálogo entre alunos da graduação e da pós-graduação de modo a favorecer a produção de conhecimento científico, ao desenvolvimento da habilidade de aprender continuamente e o compromisso de transmitir saberes e práticas adquiridos às futuras gerações profissionais.

Quanto ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional, o próximo princípio é nomeado como **Dinamicidade do plano pedagógico: construção e reconstrução permanentes**, que propõe a avaliação constante e sistemática deste documento para que seja possível a construção de alternativas para lidar com as dificuldades que emergem ao longo do tempo.

No que tange ao processo avaliativo, temos a **Avaliação constante como promotora de transformações** que inclui a avaliação constante de alunos, docentes, gestores, técnicos, assim como do próprio projeto, tendo como objetivo subsidiar todo o processo de gestão e ensino, fundamentando novas decisões, direcionando qualquer replanejamento que seja necessário, a partir de uma visão diagnóstica.

Por fim, o último item trata sobre o **Desenvolvimento docente** que considera os novos papéis que o docente assume. Portanto, o aperfeiçoamento dos docentes por meio da formação continuada é incentivado pela instituição, com foco em fomentar o desenvolvimento dos professores ao identificar os avanços e zonas de dificuldades na relação ensino-aprendizagem.

O PPP de 2014 apresenta-se mais amplo em seus objetivos e princípios, concedendo assim, maior clareza quanto à proposta de perfil profissiográfico que quer formar. O profissional precisa estar preparado para atuar em diferentes contextos e instituições, com um perfil generalista e pluralista, ou seja, capaz de compreender profundamente os elementos básicos da profissão e com os conhecimentos adequados oriundos das diversas concepções teórico-metodológicas que partilham o campo psicológico. Tais habilidades lhe possibilitarão transitar entre as demandas fluidas do mercado de trabalho e entre as diversas especialidades do saber psicológico.

Outra exigência nessa proposta curricular foi uma carga horária para Atividades Complementares, Estágios Supervisionados Básicos de curta duração e Disciplinas

Eletivas Gerais e Específicas. Além disso houve uma ampliação na carga horária dos Estágios Supervisionados Específicos para 405 horas divididos em 3 semestres.

Assim, no que tange a interdisciplinaridade, o PPP (2014) atende a Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) 1/2004 e a Lei nº 9.795, 27/04/1999 que determinam a inclusão de conteúdos referentes as relações étnico Raciais, educação ambiental e direitos humanos que são contemplados nas disciplinas de Antropologia, Sociologia e Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária, Psicologia Ambiental e Psicologia e Políticas Públicas. Atendendo ainda, ao Decreto 5.626/2005, a disciplina Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) está incluída no quadro das disciplinas optativas para o bacharelado e como disciplina obrigatória no Projeto complementar de Licenciatura em Psicologia.

Quanto à implementação da Formação de Professores de Psicologia, por meio da Licenciatura, manteve-se como projeto complementar não aprovado. Com as novas DCN tal proposta deixará de ser obrigatória, deixando assim de ter um espaço relevante na formação. Como já dito, essa exclusão cabe discussões e reflexões, mas não são objetos desse estudo. Dentre os pontos relevantes identificados no PPP 2014 que oferecem uma nova configuração à formação em Psicologia na UFMA destacam-se os seguintes: atividades complementares, estágios básicos e atividades de extensão, que detalharemos a seguir.

5.1 Atividades Complementares

Outra novidade obrigatória e implementada pelas DCN aos cursos de Psicologia foram **as Atividades Complementares**. Previstas na LDB 9394/96, pelo Parecer CNE/CES Nº. 329/2004 e mencionadas no texto das DCN para os cursos de Psicologia e constituem “[...] componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento de saberes, habilidades e atitudes a serem adquiridas dentro e fora do ambiente acadêmico [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014, p. 180).

De acordo com o PPP (2014) tais atividades atendem a necessidade de flexibilização em consonância com a heterogeneidade da formação prévia dos alunos e de seus interesses e expectativas. Possibilitam que os estudantes ampliem suas vivências acadêmicas ao interagir de diferentes formas com a comunidade e com novos conhecimentos; incentiva os alunos à prática de estudos acadêmico-científicos, ações culturais e comunitárias, o que favorece o desenvolvimento da autonomia e iniciativa e propicia a integração da teoria com a prática. Tais atividades também valorizam o conhecimento, habilidades e competências adquiridas para além do ambiente de sala de aula comum.

O PPP (2014) conforme as DCN, define ainda que as atividades complementares para o curso de Psicologia correspondem a 5% do total da carga horária do curso (4085 horas), o equivalente a 200 horas de Atividades (convertidas em 200 pontos). Para ser

considerada como complementar, a atividade deverá ser feita fora do período de aula e do estágio supervisionado obrigatório. O PPP (2014) sugere ainda que o aluno distribua a execução das atividades ao longo dos 5 anos de graduação com uma média de vinte pontos por semestre, contemplando ao final, no mínimo cinco diferentes tipos de atividades de acordo com a descrição que é definida como:

- a) Atividades Acadêmicas: extensão (organizada pela IES ou outra instituição), visitas técnicas, monitoria, organização de eventos acadêmicos, estágio não obrigatório, grupo de estudo, representação discente, inclusão social acadêmica, disciplinas cursadas em outras áreas de conhecimento (UFMA e outras IES);
- b) Atividades Científicas: pesquisa, comunicação, apresentação de painel, bancas de qualificação e defesa;
- c) Produção Bibliográfica na Área da Psicologia: resenha crítica, resumo, artigo em revista (indexada ou não), capítulo de livro, autoria de livro;
- d) Projetos Sociais: participação em projetos sociais. (PPP, 2014, p. 88-89)

Na prática, a realização das atividades complementares beneficia a formação do estudante ao promover a escolha do aluno sobre quais atividades realizar dentro de uma gama de possibilidades, expressando suas tendências pessoais e se direcionando dentro das áreas de estudo da Psicologia.

As atividades complementares abrem a possibilidade do discente de optar por um conteúdo ou experiência que não está prevista na grade curricular, mas pode estar ligado a um tema atual, relacionado a profissão, se aprimorando tecnicamente para a atuação profissional, dentro da sua área de afinidade, com aquilo que tem a ver com sua subjetividade e prioridades profissionais.

5.2 Estágios Básicos

Os estágios básicos são atividades práticas integrativas, têm caráter observacional e ocorrem nos espaços de trabalho propriamente ditos. De acordo com o PPP (2014, p. 22) a carga horária destinadas aos estágios será de 15% e “[...] deve ser reservada para os estágios básicos (relativos ao núcleo comum) e específicos (relativos a cada ênfase).”.

São previstos na estrutura curricular a partir do segundo até o sétimo período com a carga horária de 45 horas aula, sob supervisão acadêmica dos professores da IES e supervisão técnica dos profissionais atuantes nos campos de estágio. Na UFMA o curso oferece estágio nas seguintes áreas: Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social, Psicologia Escolar, Psicologia do Trabalho, Psicologia Clínica e Psicologia da Saúde.

Entende-se que entre as mudanças proporcionadas pelas DCN para a formação em Psicologia a inclusão de estágios básicos logo no início da graduação, proporcionando contato com os diversos campos de atuação da profissão geram um impacto significativo na relação teoria-prática e na perspectiva do futuro profissional. Esses estágios promovem o debate em torno da Psicologia como ciência e profissão. Os objetivos dos estágios básicos são elencados no PPP (2014, p. 80) como:

- a) Proporcionar a inserção do(a) estagiário em campo(s) de ação profissional que oportunize(m) treinamento prático basilar das habilidades e competências pertinentes ao desenvolvimento profissional do(a) discente de Psicologia;
- b) Habilitar o(a) estagiário(a) para o exercício ético e técnico da profissão.
- c) Possibilitar a identificação de fenômenos psicológicos e o planejamento de intervenções em situações específicas e em diferentes contextos compatíveis com a ciência psicológica;

Os programas de estágio básico são ajustados frequentemente para que sua proposta esteja cada vez mais articulada com os objetivos definidos e as necessidades identificadas ao longo de sua implementação, que teve início no segundo semestre do ano de 2015.

Essa recente implementação traz à tona os desafios vividos em função das diferenças entre os estágios que eram anteriormente praticados no PPP (1996), a saber: estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios. Para Silva (2006) alguns desafios podem se apresentam nesse cenário, três deles são aqui elencados.

O primeiro diz respeito ao fato de que no Estágio básico, o discente principiante é inserido em um contexto onde terá que lidar com questões que ele ainda não desenvolveu no que diz respeito à fundamentação teórica básica que o possibilite explicar, compreender e analisar as questões próprias da psicologia. Todavia essa é uma moeda de duas faces, pois esse mesmo ponto permite que, desde cedo, conhecimentos requeridos para o exercício profissional sejam promovidos, como a observação, tomada de decisões, a comunicação, a liderança, a administração, o autogerenciamento e a educação permanente do aluno que se permite vivenciar a experiência de ser estagiário. (SILVA, 2006)

Como segundo desafio, é possível identificar que o estágio básico logo insere uma nova proposta relativa aos objetivos e as atividades do estagiário de Psicologia, pois no campo o estagiário não observa e lida apenas com as atividades exclusivas que competem a formação em Psicologia, pois o estágio básico traz a proposta de integrar o discente a um contexto social, “[...] até então pouco conhecido, favorecendo o desenvolvimento das competências de planejamento, análise, síntese, observação, descrição, entre outras.” (SILVA, 2006, p. 32).

O terceiro desafio, descrito pelo mesmo autor, apresenta-se pelo fato de que essa modalidade de estágio pretende oferecer aos discentes, no início do curso, uma formação e um acompanhamento integral, por meio da presença da supervisão docente e supervisão técnica, que só são possíveis com um contato estreito e frequente entre entidade formadora e entidade concedente do estágio, assim como com esses profissionais que são os responsáveis por instruir as práticas dos discentes de forma adequada, considerando todas as especificidades previstas no Código de Ética da profissão e nas demais legislações que regem os programas de estágio.

Com os estágios básicos, os alunos têm a oportunidade de ver os profissionais e professores em atuação prática, diminuindo assim a dicotomia entre teoria e prática, com o acesso a uma dinâmica que não acontece na sala de aula, todos esses aspectos

possibilitam ao aluno uma melhor fixação de aprendizagem e maior segurança quanto a postura profissional.

Ao entrar em contato com situações que envolviam dilemas éticos, presentes relacionados à prática profissional, lhes era possível perceber demandas que requeriam um projeto ou uma intervenção ainda não identificada pelos profissionais já presentes nos diversos contextos. Ao final do estágio, como avaliação, os alunos precisam apresentar uma proposta de intervenção identificando demandas e propondo intervenções, o que coloca um estagiário como protagonista, como autor de um projeto prático com um olhar global, de diagnóstico, prognóstico e intervenção.

5.3 Atividades de Extensão

No cumprimento das DCN o PPP (2014) destaca que as atividades de extensão possibilitam uma relação da universidade com a sociedade de forma a pôr em prática a missão de dispor o conhecimento para o desenvolvimento social. O PPP (2014) aponta que

A extensão se baseia no princípio de que, para se formar um profissional cidadão, é imprescindível que haja uma efetiva interação sua com a sociedade, para se situar historicamente e referencie sua formação com os problemas que um dia terá que enfrentar. Assim, a extensão oferece novos horizontes na busca pela formação de um bom profissional. O trabalho em extensão tem contribuído para a superação de desigualdades sociais através de soluções voltadas para demandas que se apresentam no dia-a-dia, utilizando criatividade e inovações resultantes do trabalho acadêmico. (2014, p. 31)

Entre as atividades de extensão universitária mais comuns estão cursos de formação, capacitação e qualificação, elaboração e administração de projetos sociais articulados para a comunidade. Essas atividades possibilitam a interação da comunidade em geral com os discentes, permitindo que estes entendam e fundamentem os aprendizados obtidos em sala de aula, na prática e aplicar na sociedade o conhecimento e pesquisa ali gerados.

A Extensão Universitária possibilita que os discentes compartilhem de forma aplicada, os saberes desenvolvidos na Universidade por meio dos eixos de Ensino e Pesquisa, assim, é possível articular o conhecimento científico com as necessidades da comunidade na qual a Universidade está inserida, possibilitando então a interação e transformação da realidade social. Dessa forma, esse tipo de atividade é, por definição, uma das funções sociais da Universidade, que tem por objetivo promover o desenvolvimento social, fomentar projetos e programas de extensão que possibilitem a popularização da ciência.

A participação em congressos, estágios não obrigatórios, empresa juniores, ligas acadêmicas, possibilitam vivências que não são obrigatórias e enriquecem a formação, pois o discente vai procurar atividades que se relacionem as suas aspirações e áreas de interesse. Nessas atividades os alunos possuem autonomia para gerir as atividades ao mesmo tempo em que contam com a supervisão e orientação dos professores. Nas ligas acadêmicas e empresas juniores há uma estrutura organizacional, com estatuto,

organograma, hierarquia de cargos, havendo coordenação de atividades, calendário, que alinhado com a Assembleia departamental, define um professor supervisor e aprova o seu funcionamento.

Vale destacar que o PPP (2014) busca fomentar uma formação de um profissional dotado de

[...] capacidade analítica e crítica, com capacidade para avaliar os problemas que atingem a população, em parceria com a sociedade, procurando soluções e aceitando as responsabilidades sociais daí decorrentes. [...] um profissional capaz de se firmar profissionalmente no mercado de trabalho, transitando com desenvoltura por entre as demandas sempre mutantes desse mercado. Esse é um profissional comprometido com as demandas da realidade social brasileira, que participa como psicólogo e cidadão das transformações dessa realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. (PPP, 2014, p. 40-41)

Dessa forma, a formação proposta convoca o discente para conhecer a dinâmica social e suas demandas emergentes. A exemplo de tal colocação, foi possível observar limitações quanto a adaptação ao meio virtual para a execução de aulas remotas diante da pandemia do Covid-19, que refletem as próprias limitações quanto a estrutura da Universidade e a capacitação e atualização do corpo docente frente às novas ferramentas de ensino e a velocidade de mudanças.

Ainda que o curso seja integralmente executado na modalidade presencial, as demandas trazidas por uma nova dinâmica social fizeram com que a Universidade, sofresse um forte impacto de repentinamente readequar suas metodologias de ensino e se adaptar as novas necessidades, considerando o distanciamento social, e assegurando a qualidade dos conteúdos ofertados, ao utilizar as plataformas digitais para realização de aulas, e outros eventos acadêmicos, assim como a assistência aos alunos por meio dos canais de comunicação possíveis.

Observa-se que a formação em Psicologia no primeiro curso de Psicologia do Maranhão passou por momentos históricos importantes que ilustram a realidade da constituição da Psicologia como profissão do resto do país. As peculiaridades do percurso de formação no estado condizem com as transformações econômicas, políticas e sociais da sociedade local. O ensino superior em Psicologia através da UFMA vem oferecendo uma formação consistente e de qualidade apesar das dificuldades e percalços encontrados pelo caminho.

A exemplo disso identifica-se a inserção dos profissionais formados no mercado de trabalho nas diversas áreas de atuação da Psicologia, incluindo os ex-alunos que retornam à universidade para compor o quadro docente do Departamento de Psicologia, as avaliações do MEC via ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e comissões de avaliação que atribuem conceitos relevantes ao curso, a procura pelo curso que sempre fica entre os mais concorridos da instituição, além de avançar no processo de qualificação profissional com a criação do único Curso de Pós Graduação Stricto Sensu em Psicologia Social desde 2012 no Estado, atendendo a uma demanda de profissionais graduados no estado e nas regiões vizinhas. Esses são alguns dos

elementos que sinalizam resultados positivos na formação ofertada que além de atender às demandas de mercado se mantém atento à diversidade de áreas de atuação da profissão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da regulamentação da Psicologia está em garantir o caráter científico desta profissão, dando base não só para os cursos de graduação, mas também aos cursos de Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu*, em consonância com o movimento realizado por diversas áreas do saber. É importante não deixar de lado os questionamentos sobre alguns dos reais objetivos da cientificação da Psicologia por meio de um agenciamento do discurso da psicóloga, com o objetivo de capitalizar cada vez mais esta profissão.

O interesse pela realização de pesquisas sobre o ensino da Psicologia tem sido crescente, nas quais tem se pensado tanto a formação como a atuação da psicóloga, tais discussões devem ser constantes para fomentar a reflexão em relação às possíveis melhorias na qualidade de ensino nos cursos e nas Instituições de Ensino Superior para promover práticas profissionais críticas. Estas demandas exigem que o profissional tenha clareza de qual seu papel e quais suas possibilidades em executá-lo.

A revisão curricular deve buscar sanar as lacunas atuais que são respondidas a partir do conhecimento das condições de ensino possíveis, de forma a gerar um perfil de profissional que possibilite a este identificar o fenômeno psicológico na sua interdependência com o contexto sociocultural atuar em equipes multidisciplinares, estar engajado nos movimentos de transformação social, gerando conhecimento e tecnologias apropriadas à realidade em que atua (DURAN, 1994; CALAIS, PACHECO, 2001).

Dispor de cursos de formação regulamentados e de qualidade, que atendam às exigências legais previstas pelo Ministério da Educação é importante para que o desenvolvimento de uma profissão no âmbito local seja fomentado; também é crucial dispor do apoio necessário de dispositivos como o próprio Ministério da Educação e de órgãos ligados à profissão como o Conselho da profissão. Por outro lado, é importante pensar a quem estas prescrições curriculares têm atendido, se corroboram para potencializar a diversidade humana em diferentes espaços, incluindo o ambiente acadêmico e o trabalho destes futuros profissionais ou se tais prescrições têm fortalecido a limitação da capacidade de reflexão do humano diante de sua realidade e de seu poder de transformação.

A execução dessa pesquisa visou colaborar com os estudos sobre a história da Psicologia no Maranhão, mais especificamente sobre o processo de formação da psicóloga, proporcionada pela Universidade Federal do Maranhão, ao considerar as disposições legais, o aporte teórico e metodológico dos profissionais ali inseridos, assim como o contexto local.

A metodologia executada permitiu o alcance dos objetivos propostos, de forma que foi possível analisar e discutir as mudanças curriculares da formação em psicologia a partir da análise dos documentos apresentados, todavia destacamos como limitações

para esta metodologia o fato de não ter incluído entrevistas com o corpo discente e docente para complementar as informações obtidas.

Frente a tantos pontos importantes para a Psicologia como ciência e profissão, pode-se dizer que, após 60 anos de regulamentação, dentro de um período bem mais extenso de constantes lutas, algumas não geraram as conseqüências esperadas e outras foram fundamentais para preparar a consolidação dessa profissão. Sem dúvida, a transformação passa pela maneira como a formação se estrutura e possibilita aos estudantes desenvolverem-se como profissionais reflexivos e críticos diante da realidade, a partir de suas possíveis vivências e desenvolvimento de seu protagonismo no tocante ao ensino, pesquisa e extensão dentro da academia.

O desenvolvimento do curso de Psicologia no Maranhão demonstra que muitos foram os que contribuíram para este processo; inicialmente profissionais de outras áreas como da Medicina como a Psiquiatria e a Pediatria assim como da Educação e da Filosofia e posteriormente com profissionais da Psicologia formados em outras regiões do Brasil vinham tentar a vida no Maranhão e ainda os que haviam se deslocado para obter essa formação e retornavam ao seu estado natal. Este foi o cenário encontrado para a criação do curso de Psicologia na Universidade Federal em 1990.

Além da LDB 9394/96, a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia e a Resolução Nº. 5 de 15 de março de 2011 que estabelece as normas para o projeto pedagógico complementar para a formação de professores de Psicologia, a percepção do cenário socioeconômico e político foi fundamental para que a instituição – enquanto única universidade a dispor do curso de Psicologia na modalidade gratuita – pudesse prover o suporte necessário a todos os alunos que ingressarem no curso.

Com a análise realizada foi possível identificar que ambos os PPP do curso de Psicologia da UFMA foram definidos a partir das políticas curriculares nacionais e políticas internas da IES. O discurso trazido pelo PPP (2014) manifesta as considerações e reflexões do corpo docente do Departamento de Psicologia por meio da expressão das discussões levantadas ao longo de quase 20 anos desde a idealização deste projeto até a sua implantação.

A história da Psicologia no Maranhão carece de material bibliográfico que embase o desenvolvimento de novas pesquisas na área, da mesma forma, os estudos sobre a formação em Psicologia e a estruturação dos cursos ainda são escassos, estudos nessa área podem sugerir onde estão as maiores lacunas e quais aspectos da formação precisam ser atendidos de forma mais enfática. Este tem sido o foco de trabalho do grupo de pesquisa e do grupo de estudo nessa área que resultou o presente relatório.

O PPP (2014) traz uma concepção concernente ao processo de formação da psicóloga e busca responder a uma demanda contemporânea de aproximação da ciência psicológica com várias bases teóricas, métodos e técnicas sem se apropriar ou restringir a uma teoria única além de adequar-se às diversas áreas de atuação da profissão.

Considerando a dinamicidade tanto da sociedade como da ciência, fica clara a necessidade de um movimento permanente de discussão coletiva que congregue o maior número possível dos agentes envolvidos no processo, de forma que se mantenham atentos à pluralidade de fatores que dizem respeito ao processo de formação, atitude que muito colaborará para que mudanças qualitativas ocorram.

Ainda é cedo para avaliar o impacto que as mudanças curriculares causarão no perfil do profissional egresso do curso de Psicologia nos próximos anos, mas já é possível perceber que o PPP (2014), em comparativo com o Projeto anterior apresenta grandes mudanças no que diz respeito a implementação das atividades complementares, das Ênfases Curriculares, Eixos Estruturantes, estágios básicos, remodelação dos estágios obrigatórios, a inclusão de disciplinas que contemplam a interdisciplinaridade com outras ciências e também a concepção do Projeto complementar de Licenciatura em Psicologia.

Acredita-se que na pluralidade de defesas e refutações de ideias do processo educativo há possibilidades de mudanças qualitativas que assegurem uma dinâmica constante do pensar a formação da psicóloga em seus aspectos teórico-práticos, históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais e éticos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Sonia. História da psicologia no Brasil: origens nacionais. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (orgs.). **Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Nape, 1999. p. 237-246.
- ALVES, Domingos Sávio. Transformações na assistência psiquiátrica no Brasil. In: **Duzentos anos de psiquiatria**. João Ferreira da Silva e Jane A. Russo (org.). Rio de Janeiro, Relume Dumará/UFRJ, 1993.
- ANTUNES, Mitsuko. **A Psicologia no Brasil do Século XX: desenvolvimento científico e profissional**. In: MASSIMI, Marina; GUEDES, M.C. História da Psicologia no Brasil novo estudos. Editora Cortez/EDUC: São Paulo, 2004.
- ANTUNES, Mitsuko. **A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas**. *Psicol. educ.*, São Paulo, n.22, p.79- 94, jun. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000100005>. Acesso em 07 abr. de 2020.
- ARAÚJO, Márcia. **A Psicologia no Maranhão: percursos históricos**. São Luís: EDUFMA, 2005.
- ARAÚJO, Márcia. **A Psicologia no Maranhão: percursos históricos**. Rio de Janeiro: Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (Biblioteca virtual), 2014. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=264>> Acesso em 13 jul. 2018.
- ARAÚJO, Márcia. Conhecendo a psicologia no Maranhão. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 144-157, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 ago. 2018.
- BAPTISTA, Marisa Todescan Dias da Silva. A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia: Ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. spe, p. 170-191, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 jul. 2018.
- BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GOMIDE, Paula Inez Cunha. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 6-15, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 jul. 2020.
- BERNARDES, Jefferson de Souza. O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil análise de documentos de domínio público. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 127-134, jul. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812003000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 mai. 2018.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da Silva. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRANCO, Maria Teresa Castelo. Que profissional queremos formar? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 18, n. 3, p. 28-35, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 abr. 2019.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação e Saúde**. Decreto-lei nº 305 de 26 de fevereiro de 1938. Regula a situação administrativa das instalações de ensino superior da República. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-305-26-fevereiro-1938-349694-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 jun. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação e Saúde**. Decreto-lei nº 9.092 de 26 de março de 1946. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2332379/pg-12-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-23-04-1946>. Acesso em 20 jun. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação e Saúde**. Decreto-lei nº 9.092 DE 26 de abril de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9092-26-marco-1946-416948-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 jun. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Consulta referente à Resolução CNE/CES nº 8/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces153_07.pdf. Acesso em 20 jun. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Resolução nº 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7692&Itemid=. Acesso em 20 jun. 2017.

BROZEK, Josef., & MASSIMI, Marina. **HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA MODERNA**: a versão brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

CAETANO, Érica. Universidade Federal do Maranhão. **Mundo Educação**, 2018. Disponível em: <https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/universidades/universidade-federal-maranhao---ufma.htm>. Acesso em 12 ago. 2021.

CALAIS, Sandra Leal; PACHECO, Elisabeth M. de Camargo. Formação de psicólogos: análise curricular. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 11-18, jun. 2001. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572001000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 jul. 2019.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; BERNARDES, Lúcia Helena Garcia. A revista Psicologia: Ciência e Profissão: um registro da história recente da Psicologia brasileira. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 508-525, dez. 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_rtext&pid=S1414-98932005000400002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 abr. 2020.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 29. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

CARVALHO, Cristianne Almeida. **Além do tempo regulamentar**: uma narrativa sobre a história da psicologia do esporte no Brasil. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2012.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 2-50, 1982. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931982000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 out. 2020.

CHAVES, Antônio Marchos. 30 anos de regulamentação. **Psicologia: ciência e profissão**. vol.12, no.2. Brasília. 1992. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000200002>. Acesso em 17 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Resolução CFP nº 010/05. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da formação em Psicologia**. Revisão da Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília: CFP, 2018. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/cartilha-Ano-da-Formação-em-Psicologia.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2021.

CONSTITUIÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

DURAN, Pablo. Alguns dilemas na formação do psicólogo: buscando sugestões para superá-los. In **Conselho Federal de Psicologia, Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação** (pp. 273-310). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

ESCH, Cristiane Ferreira; JACÓ-VILELA, Ana Maria. A regulamentação da profissão de psicólogo e os currículos de formação psi. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CERREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (orgs.) **Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, Odair. 50 anos de Psicologia no Brasil: A construção social de uma profissão. **Psicologia: ciência e profissão**, vol. 32 (num. esp.), 66-85, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500006>. Acesso em 20 de jun. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1995.

ITO, Elaine Emi et al. O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 570-575, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342006000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 nov. 2020.

JANKEVICIUS, José Vitor; HUMEREZ, Dorisdaia Carvalho de. Conceitos Básicos das Diretrizes Curriculares Nacionais (Dcns) dos cursos de Graduação da Área de Saúde. **Conselho Federal de Enfermagem**, Brasília, p. 1-16, 25 nov. 2015.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia: Ciência e profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 718- 737, 2009. Acesso em 10 set. 2020.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 115-137, Mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722000000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722000000100008>.

MANCEBO, Deise. (1999). Formação em psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos. In A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur & H. de B. Rodrigues (Orgs.), **Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil** (pp. 93-120). Rio de Janeiro: Núcleo Clio-Psyché da UERJ.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 115-137, Mar. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722000000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2020.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: Como construir o Projeto Político Pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 15-36, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2020.

PENNA, Antônio Gomes. **História da psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PEREIRA, Fernanda Martins; PEREIRA NETO, André. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SEKKEL, Marie Claire; MACHADO, Adriana Marcondes. O Projeto Pedagógico do curso de formação de professores de Psicologia do Instituto de Psicologia da USP. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p.127-134, 2007.

SILVA, Heloisa. **Subsídios para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico**. In: Projeto Político-Pedagógico/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Maria Doninha de Almeida (Org.). [et al.]. – 2. ed. Natal, RN: EDUFRRN – Editora da UFRN, 2004. Disponível em. Acesso em 30 jun. 2018.

SILVA, Simone Cerqueira da. Estágios de Núcleo Básico na formação do psicólogo experiências de desafios e conquistas. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 5, fev. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2006000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2020.

SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. spe, p. 8-41, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do curso de Psicologia**. São Luís: UFMA, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do curso de Psicologia**. São Luís: UFMA, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do curso de Psicologia**. São Luís: UFMA, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: São Paulo: Papirus, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico: Continuidade ou Transgressão para acertar? In.: CASTANHO, Sérgio. (Org.). **O que há de novo na educação superior**: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 183- 219.

WITTER, Geraldina Porto. Psicólogo no ensino superior e a Lei de Diretrizes e Bases. In, Raquel, GUZZO (org.) **Psicologia Escolar**: LDB e Educação Hoje. Campinas, Ed. Alínea, 1999.

YAMAMATO, Oswaldo Hajime. A LDB e a Psicologia. **Psicologia**: ciência e profissão, Brasília, v. 20, n. 4, p. 30-37, 2000.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; GOUVEIA, Valdiney, (Orgs). **Construindo a psicologia brasileira**: Desafios da ciência e prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. spe, p. 9-24, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 abr. 2020.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. A noção de rede nas reformas sanitária e psiquiátrica no Brasil. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 131-150, jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000100008&lng=p t&nrm=iso>. Acesso em 23 out. 2020.